

revista

poli

saúde
educação
trabalho

Ano VIII – N°. 43 – jan./fev. 2016



Mala Direta
Básica

9912340195/2013-ORUJ
Floacruz

Correios



TERRA ARRASADA

causas do maior desastre socioambiental
da história do país

ESPECIAL: Cobertura da 15ª
Conferência Nacional de Saúde

Conheça o
Poli

**Material
Educativo**

Publicações



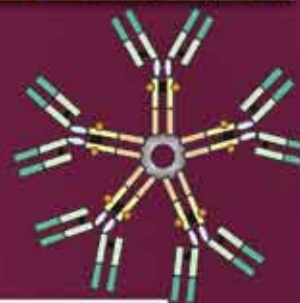
**Ensino Médio Integrado à
Educação Profissional**



PROEJA

**Ensino Profissionalizante
para Jovens e Adultos**

**Programa
de Vocação
Científica**



Revista

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE**

Biblioteca Virtual em Saúde
Educação Profissional em Saúde

**Observatório
Juventude C&T**



RETS

**Rede Internacional de Educação
de Técnicos em Saúde**

**OBSERVATÓRIO
dos Técnicos em Saúde**

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Capa	4
Cenário de fim de mundo no rastro da lama	
Cobertura Especial	13
Ameaça de impeachment atravessa 15ª Conferência Nacional de Saúde	
Entrevista	20
Raúl Zibechi - "O Estado é uma força que atrapalha as sinergias de mudança"	
Almanaque	24
Dicionário	25
Terrorismo	

Diante do que está sendo considerada a maior tragédia socioambiental do Brasil e o maior rompimento de barragem de rejeitos já ocorrido em todo o mundo, com impactos sobre os quais ainda não se tem a real dimensão, é quase uma obrigação que essa seja a matéria principal desta edição da Revista Poli. Nossa equipe foi até as terras arrasadas da região de Mariana para ver de perto os estragos, mas muito mais do que isso, levantar questões sobre o modelo de exploração mineral e como empresas como a Samarco, controlada pela Vale (já velha conhecida das comunidades impactadas) e pela BHP, se emaranham com os poderes públicos de forma a forjar um imaginário onde a mineração não pode deixar de existir. Foi triste ver de perto. Mas esperamos que a reportagem traga argumentos que demonstrem porque esse modelo, e as condições que fazem com que ele exista dessa forma, precisam ser revistos com urgência.

Continuando essa reflexão na seção Almanaque, onde você vai conhecer detalhes da atuação histórica da companhia Vale, cuja repercussão negativa extrapola as fronteiras nacionais.

A segunda reportagem especial desta edição é a cobertura da 15ª Conferência Nacional de Saúde. Também fomos conferir in loco os debates deste espaço que deveria funcionar como a esfera máxima do controle social no SUS. A conferência, que teve como tema 'Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas' acabou sendo atravessada também pela conjuntura política e chegou a receber, de surpresa, a 'visita' da presidente Dilma Rousseff.

A entrevista desta edição casa muito bem com a proposta de repensar a participação social e o atual modelo de desenvolvimento. O jornalista uruguaio Raúl Zibechi, que tem se especializado nos movimentos sociais de toda a América Latina, e, inclusive, do Brasil, traz contribuições sobre como setores da sociedade têm forjado maneiras de propor mudanças e vivenciar outras experiências societárias.

No Dicionário, o verbete 'terrorismo' traz a contextualização histórica e diferentes faces dessa que também tem sido considerada uma tragédia contemporânea, embora nem sempre seja possível perceber com clareza quem são os mocinhos e quem são os vilões. Boa leitura!

Ano VIII - Nº 43 - jan./fev. 2016
Revista POLI: saúde, educação e trabalho -
jornalismo público para o fortalecimento da
Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

Alexandre Moreno, Isabela Cabral, Adeline Pereira, Ieda Barbosa, José Orbílio, André Feitosa, Ana Beatriz de Noronha, Leandro Medrado, Leandro Nardarcio, Maria Cecília Carvalho, Marcela Pronko, Clélia Assis, Páulea Zaquini, Paulo César de Castro Ribeiro, Sérgio Munck, Marco Antônio Santos, Marcelo Melo.



/epsjvfiocruz



@epsjvfiocruz

Assine Nosso Boletim

Envie e-mail para revistapoli@epsjv.fiocruz.br**Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos**

Marcelo Paixão

Editores e Repórteres

André Antunes
Cátia Guimarães
Maíra Mathias
Raquel Júnia

Foto de Capa

Maíra Mathias

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca
Marcelo Paixão
Maycon Gomes

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Analista de Gestão Educacional

Valéria Melo

Distribuição

Tairone Cardoso

Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

WallPrint

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos,
Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Cenário de fim de mundo no rastro da lama

Mariana revela a fragilidade das populações frente a captura do Estado pelas megamineradoras

Maíra Mathias
(enviada à Mariana)
Raquel Júnica

A tarde do dia 5 de novembro transcorria como qualquer outro dia em Bento Rodrigues. As crianças estavam na escola. Rosilene Gonçalves cuidava das filhas pequenas na sala de casa. Dona Carmem preparava um pudim para a neta. O subdistrito de Mariana era conhecido pela tranquilidade e não destoava de outros lugarejos próximos, a não ser por estar no sopé de um morro onde foram construídas três barragens usadas para armazenar rejeitos da exploração de minério de ferro, conhecidas como Germano, Santarém e Fundão. A Samarco, empresa responsável por essas e outras estruturas – como mineroduto, adutora, ferrovia –, se instalou na região bem depois dos moradores de Bento Rodrigues. Fundada em 1978, ela é uma *joint venture* ou empreendimento conjunto das duas maiores empresas de mineração do mundo, a anglo-australiana BHP Billiton e a brasileira Vale. Cada uma tem 50% das ações.

A tarde do dia 5 de novembro deixou de ser um dia como outro qualquer quando, por volta das 15h30, a barragem de Fundão rompeu, liberando mais de 40 bilhões de litros de rejeitos em Bento Rodrigues. Graças a uma moradora, que também trabalhava na empresa e ligou para a família escondido, as crianças puderam ser retiradas da escola a tempo. Rosilene e Dona Carmem conseguiram se salvar. Vários moradores não tiveram a mesma sorte. “Começamos todos a correr. Subimos o morro, eu corria e não olhava para trás. Lá pela metade do caminho, resolvi olhar. Vi casa sendo arrastada, gente acenando a mão pedindo socorro sendo levada barro afóra. Só pedi que Deus tivesse misericórdia de toda a família e não deixasse ‘nós’ morrer. E corri novamente”, lembra Carmem. “A lama veio de uma altura, parecia fogo queimando morro acima. Tinha uma pedra muito grande que ficou girando como peão no redemoinho de lama”, recorda Rosilene que, na confusão, salvou a sobrinha de colo, mas perdeu de vista as filhas. “Minhas filhas passaram por mim e eu não vi”.

A onda de lama, com volume equivalente a 25 mil piscinas olímpicas, destruiu tudo que estava em seu caminho – arrasando outros subdistritos de Mariana como Paracatu de Baixo, Pedras, Águas Claras e Ponte do Gama, além de duas cidades, Barra Longa e Rio Doce. Contaminou três rios – Gualaxo do Norte, Carmo e Doce –, a partir de onde percorreu 420 quilômetros, atingindo 39 municípios – 36 em Minas e três no Espírito Santo. Mais de 1,2 milhão de pessoas foram atingidas diretamente, a maior parte delas teve o abastecimento de água cortado, como a população de Governador Valadares. No dia 22 de novembro, a lama já tinha chegado ao mar, fechando um ciclo simbólico do que vem sendo considerado o mais grave desastre socioambiental do país e um dos maiores já provocados pela mineração no mundo.

“Não teve alarme, não teve aviso de nada”, denuncia Carmem, que morava há 50 anos em Bento Rodrigues. Sua casa, localizada na parte alta do lugarejo, é uma das únicas que ficou de pé depois da enxurrada. A falta de alerta se somou à ausência de resgate e de informações. Embora os bombeiros tenham chegado à noite, Dona Carmem avalia que eles não estavam preparados para o cenário que encontraram. Quando boa parte dos moradores já tinha descido dos morros e tentava se recompor da tragédia, foram informados pela polícia que a maior barragem, Germano, iria romper. Correram de novo. “Quando descemos de lá, às 22h, estava tudo escuro”, diz ela. A comunidade ficou dividida, o que aumentou a angústia dos sobreviventes de Bento Rodrigues. “A noite foi chegando e não tinha notícia de quem estava de um lado e do outro. Ficamos sem água, sem luz, sem ter com o que cobrir para proteger do frio”, diz Rosilene. Na madrugada, enquanto a empresa não chegou e o poder público não atuou, os moradores foram responsáveis pelos resgates. “Uma colega minha morreu [Maria das Graças da Silva]. A outra ficou no barro e os próprios vizinhos puxaram. Um ajudando o outro. Mas não teve ninguém para resgatar”, lamenta Carmem. Até o fechamento da reportagem, já haviam sido identificados 15 corpos e quatro permaneciam desaparecidos. “Foi muito difícil. Pensei que tinha perdido meu marido nessa lama. Ninguém dava notícia e a gente sem apoio de nada, nada, nada. Hoje eu



Praça no centro de Barra Longa (MG) foi atingida 12 horas depois do rompimento da barragem

choro minha casa, perdi tudo. Nós trabalhamos a vida inteira para construir a casa de um jeito, minhas criações estão lá morrendo de fome. Eu 'agradeço' à Samarco”.

No rastro da destruição

A 40 quilômetros de Bento Rodrigues fica Paracatu de Baixo. O distrito é considerado o segundo mais afetado pelo desastre. O cenário é de fim de mundo. Mais perto do rio Gualaxo do Norte, só o telhado das casas restou aparente em meio à lama. Lá, a tsunami de rejeitos da Samarco chegou quatro horas depois do rompimento da barragem de Fundão. Todo esse tempo parece não ter sido suficiente para uma resposta mais organizada do que o ‘salve-se quem puder’ que imperou em Bento Rodrigues. Por volta das 20h, alguns moradores estavam no campo de futebol. Dalí a pouco, jogariam uma partida, como de costume. “Foi aí que um helicóptero da Polícia Militar pousou no meio do campo e um bombeiro disse ‘vocês têm 15 minutos para sair daí senão vão morrer’”, lembra um morador que aceitou falar com a reportagem, mas pediu para permanecer anônimo. O pânico instaurado na comunidade foi instantâneo. “Foi feio. Veio só chegando aquela zoeirada, a água veio subindo e rolando tudo, aquela lama. No outro dia, ‘tava’ esse deserto doído”, lembra Divino dos Passos, morador de uma casinha verde com portas e janelas de madeira recém-reformada. Apesar da desolação do lugar, ele é um dos oito moradores que optou por permanecer. Mulher e filhas foram para Mariana, com medo do estouro das outras barragens. “A gente fica chocado com o

que aconteceu. Isso aqui toda vida foi um lugar bom de viver. Tem horas que dá vontade até de chorar. Essa propriedade aqui é minha, não vou largar. Tenho minhas coisas aqui. A gente, pobre, lutou muito pra conseguir, então...”. Os únicos a visitá-lo são os funcionários da empresa, que lhe entregam água e mantimentos. Naquela terça (17/11) não tinham ido. Para os que optaram ficar, não há qualquer assistência do poder público. Os trabalhadores da Integral Engenharia, empresa contratada pela Samarco, dominam o cenário com máquinas pesadas que recolhem lama e escombros, sem informar para onde levam os rejeitos.

A 26 quilômetros de Paracatu fica Barra Longa. Na entrada da cidade há uma estátua de uma criatura com boca e garras enormes. É o caboclo d’água, mito local que vez e outra coloca a cidade



Eduardo Barcelos

Eduardo Barcelos reproduziu no mapa o caminho da lama até o litoral do Espírito Santo

no noticiário por suas façanhas. Com o estouro da barragem, a realidade invadiu o rio do caboclo. A lama sufocou a vida que havia ali. “O rio era água limpinha. É muito triste, acabou com tudo”, se emociona Sidney de Magalhães Gomes. O senhor de cabelos grisalhos mora em um sítio que foi soterrado pelos rejeitos da Samarco. Pés de mandioca, cana, banana, laranja, mexerica e capineira jazem debaixo da lama preta, pesada e difícil de tirar. Os 30 porcos, 17 cabeças de gado, um cavalo e uma ovelha que ele criava ficaram confinados, sem ter o que comer e em contato com a lama. Segundo ele, a empresa “andou passando por aí”, mas não ofereceu nada. A prefeitura também não. “A Emater veio, cadastrou umas coisas, depois voltou uma veterinária, ficaram de arrumar um trato para os animais. A renda que eu tinha era do leite. Perdi”.

No centro da pequena cidade, fica a praça engolida pela lama. O portal antigo onde se lê ‘Barra Longa’ se transformou numa espécie de signo da catástrofe. Foi lá que alguns moradores passaram a madrugada, curiosos com a sujeira que descia pelo rio. Rafaela Moll estava entre eles. “O Corpo de Bombeiros garantiu que seria ‘só um barrinho’, disseram que nem do leito o rio ia sair”. Foi aproximadamente 12 horas após o rompimento de Fundão que parte da população foi informada de maneira atabalhoada que a praça iria ser invadida pela lama. “Por volta das 3h30, um policial veio avisar. Corremos para salvar alguns bordados que minha tia ia vender em uma feira. Em 15 minutos o quintal já estava alagado. Quando cheguei, foi de uma vez. Comecei a ficar desesperada porque estava subindo muito rápido. A porta principal não abria, na outra, lateral, a chave não girava, e a água começou a entrar por debaixo da porta. Um rapaz que estava ajudando, com muita força, conseguiu abrir e, quando isso aconteceu, veio muita água e muito alto. Atravessamos a praça com dificuldade, era uma lama muito pesada”.

Impactos na saúde

A Samarco tem interesse no minério de ferro. Mas na rocha onde há minério existem outros metais em concentrações mais baixas. Por isso, o processo de extração separa o ferro do restante, que é descartado. Esse resíduo é conhecido como estéril. Quando adicionam água, o estéril passa a ser chamado de rejeito. Em linguagem corrente, lama. “Esse rejeito é composto basicamente por areia – sílica – e outros metais, como manganês, cádmio, arsênio. Esses metais pesados também descenderam com a lama que vai escoando pelos rios”, afirma Eduardo Barcelos, professor-

pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EP-SJV/Fiocruz) formado em engenharia ambiental pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), que acompanhou a reportagem da Poli durante a viagem à região. Ele destaca que embora a Samarco tenha repetido que o material é “inerte”, é preciso investigar o seu potencial tóxico. E cita a análise da Prefeitura de Baixo Guandu (ES), que comparou água limpa, água com barro natural e água com a lama da Samarco. “Na amostra com rejeitos, a concentração de arsênio varia duas mil vezes. Imagina uma pitada de sal na língua. Outra coisa é colocar uma colher de sal. Às vezes uma pequena concentração de arsênio no corpo já é suficiente para causar algum tipo de doença no futuro. Estamos falando de um agravo que pode se manifestar no longo prazo”, alerta.

Mas a lama é potencialmente insalubre também pelos estragos que causou. “Essa lama hoje é uma mistura de coisas. Na medida em que foi passando, arrastou madeira, animais, fossas sépticas, chiqueiros, esgotos. Arrasou distritos e povoados. Não estamos falando só de lama, mas de matéria orgânica podre”, resume Eduardo. Abaixo de Bento Rodrigues, por exemplo, existia um garimpo artesanal que usava mercúrio. Por serem pesados, muitos desses metais vão para o fundo do rio. Por isso, Eduardo Barcelos argumenta que é importante uma análise não só da água, mas dos sedimentos. E uma análise que abarque toda a bacia – não só o rio Doce, mas os afluentes –, diferentes níveis de profundidade e também os solos afetados.

Além da vida marinha comprometida, não é exagero pensar que outros animais vão ser impactados e também as plantas. Com isso, a economia rural fica prejudicada. “Essa lama atingiu uma área rural de agricultura familiar que se notabilizava também pela produção de leite e derivados. O inventário dos impactos na produção de alimentos e leite a gente não está vendo na mídia, que tem focado na falta de água. Os solos, agora com a lama em cima, são inférteis. Estão

contaminados e sufocados”, diz Eduardo. A recém-lançada Rede Nacional de Médicos e Médicas Populares é uma das organizações presentes em Mariana. Vários integrantes da rede percorrem as comunidades afetadas e conversam com os moradores. Ana Paula Dias, estudante de Medicina da UFMG, explica que os atingidos ainda estão tentando dar conta dos danos materiais, têm alguma ideia da amplitude do impacto ambiental, mas parecem ainda não pensar nos impactos à saúde humana e animal. “Queremos saber o que as pessoas imaginam que há nessa lama, ao mesmo tempo em que vamos levantar as análises que estão sendo feitas. Os agentes tóxicos que por ventura estejam nessa lama contaminaram água e solo e, conseqüentemente, plantas e animais. E talvez esses impactos sejam observados apenas no médio e longo prazo”, reforça. Para ela, a situação é especialmente delicada no que diz respeito à saúde mental da população atingida. “Pode ser observado aumento da depressão, alcoolismo, abuso de drogas; questões que vão acontecendo num prazo longo e às vezes se perde a relação causal [entre o rompimento e os agravos]. Por isso, queremos fazer acompanhamento longitudinal dessas pessoas”, diz.

Nas comunidades atingidas, não se vê um esforço coordenado de resposta do Sistema Único de Saúde (SUS). Os moradores afirmam que médicos, enfermeiros, psicólogos, agentes comunitários não têm percorrido as residências para realizar atendimentos ou esclarecer os moradores sobre os riscos da lama para a saúde humana.

A reportagem também não encontrou qualquer profissional da Estratégia Saúde da Família nas mediações. Mas se deparou com vítimas da tragédia que tiveram problemas de saúde ou precisaram tomar vacina antitetânica e tiveram que ir por contra própria aos locais de atendimento. Até o fechamento da reportagem, o Ministério da Saúde sequer havia se pronunciado sobre o desastre em Mariana.

O secretário de saúde de Mariana, Juliano Duarte, contesta essa percepção. Segundo ele, houve ações coordenadas desde o início da tragédia. Ele informa que desde quinta-feira (5/11) até domingo (8/11) foram mobilizados 335 servidores e as unidades de saúde do município passaram a funcionar 24 horas por dia. Segundo Juliano, tem havido busca ativa pelas pessoas que não foram até os serviços de saúde. “Muitos que não tiveram as residências destruídas resistiram em sair com receio de saques, então os agentes comunitários de saúde fizeram também uma busca ativa dessas pessoas levando medicação, donativos e água”, afirma. Perguntados pela reportagem, três moradores de Paracatu que continuam na comunidade negaram que tenha havido visitas como as descritas pelo secretário. Sobre a falta de ações coordenadas, Juliano afirma que, junto com a secretaria estadual de saúde, o município está monitorando pessoas que entraram em contato com a lama por ingestão ou cortes. Ele explica que durante 30 dias está havendo a realização periódica de exames laboratoriais e de imagem. Mas os resultados estão sendo tratados pelo órgão como “sigilosos”. O secretário não explica o porquê do sigilo, mas deixa escapar que foram constatados três casos de pacientes com alterações no teor de ferro no sangue.

Organização frente ao poder da Samarco

No dia 16 de novembro, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais realizou uma audiência pública em Mariana. O objetivo era discutir a situação das vítimas do desastre. Depois de aproximadamente seis horas de falas, constatou-se a necessidade de criar mecanismos que impeçam a relação direta entre a empresa e os atingidos. “A empresa é suspeita. Mas toda a relação com os atingidos passa pela Samarco. Órgãos da prefeitura e governo estão paralisados e o direito à organização está sendo violado”, afirmou Beatriz Cerqueira, presidente da CUT Minas.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem tentado furar o bloqueio da empresa e articular de forma crítica as vítimas em Mariana e Barra Longa. Nos seus 24 anos de existência, contudo, nunca encontrou situação parecida. “Aqui é um momento diferente para o MAB. Trabalhamos mais com barragens de hidrelétricas, em situações também extremas para a população atingida. Mas o rompimento de barragens de rejeitos, de fato, tem sido um processo mais intenso e forte, até por ter se estendido por toda a bacia do rio Doce”, conta Letícia Oliveira, da coordenação nacional. As diferenças não param por aí. O MAB tem 15 militantes em Mariana, enquanto a Samarco, segundo informações que circulam na cidade, teria a seu serviço 400 ‘voluntários’



Maira Mathias

Atingidos pela Samarco: Dona Carmem e o marido, Valadares, Divino dos Passos e Sidney Magalhães contabilizam danos da tragédia

em contato direto com a população atingida, espalhada pela empresa em 17 hotéis e pousadas na cidade. A dispersão dos atingidos é considerada uma estratégia corrente das empresas para fragmentar as lutas, forçando que a negociação se dê de forma individual e, de preferência, por acordos judiciais. Somam-se a isso barreiras impostas à atuação dos movimentos sociais, que tiveram acesso negado por funcionários dos estabelecimentos e ‘voluntários’ da empresa. “Alguns militantes foram convidados a se retirar com justificativas na linha ‘não é para entrar porque os atingidos estão cansados e não querem conversar desse assunto’ ou ‘não é para pensar no passado e vocês vão ajudar a lembrá-los do passado’”, relata Letícia. Em contrapartida, o acesso da Samarco é livre.

Além das visitas, o MAB tem organizado reuniões e assembleias para falar sobre os direitos humanos que foram e ainda estão sendo violados pela empresa, como o direito à informação e participação e o direito à organização. A proposta do MAB é que a negociação seja coletiva, garantindo que os atingidos participem ativamente do processo e pautem empresa e poder público sobre quais serão as formas de reparação. “Sabemos que cada um tem a sua história, perdeu coisas diferentes. Mas a negociação, as formas de reparação e os critérios devem ser coletivos”, afirma Letícia, e completa: “A maioria quer a reconstrução das comunidades. Muitos já estão pensando nos lugares onde as novas comunidades podem ser reerguidas, querem que sejam respeitados os laços familiares e de vizinhança. É obrigação da empresa responsável pela barragem reconstruir a vida dessas pessoas, já que não foram elas que decidiram perder tudo”. A empresa foi procurada pela reportagem, mas não respondeu.

A Samarco e a Vale parecem ser onipresentes na região. O trem que liga Ouro Preto e Mariana é “o trem da Vale”. Várias igrejas recentemente foram reformadas com recursos da Vale. O MAB organizou uma confraternização para as vítimas da Samarco “no antigo clube da Vale”. Quem tentou chegar a Bento Rodrigues na semana entre 16 e 20 de novembro,

encontrou as entradas bloqueadas por veículos da Samarco – e não da Defesa Civil, Polícia Civil ou Militar. Em visita à comunidade de Paracatu de Baixo, na terça (17), a reportagem não viu nenhum órgão público coordenando e fiscalizando os trabalhos de retirada dos rejeitos que destruíram casas e ruas. Dona Carmem, que aparece no início dessa reportagem, relata que sua entrada em Bento Rodrigues foi barrada e que ela só conseguiu voltar à comunidade que a empresa destruiu depois de ir até a portaria da Samarco pedir permissão. A empresa a escoltou até o local. Na semana que a reportagem passou em Mariana, verificou um grande vazio das três esferas de governo. Apesar das visitas e aparições de helicóptero das autoridades, não houve a criação de um gabinete de crise para centralizar e coordenar a resposta do poder público, por exemplo. Via assessoria de imprensa da prefeitura de Mariana, a reportagem pediu esclarecimentos sobre a atuação da Defesa Civil do município e a coordenação dos trabalhos de resgate e limpeza das comunidades atingidas, mas não obteve resposta.

O que falamos quando falamos de mineração

Talvez mais importante do que refazer o caminho da lama, seja entender do que falamos quando tratamos de mineração no Brasil. Para a maior parte da população, leiga em relação ao assunto, a primeira coisa que vem à cabeça é a imagem de um garimpo ou uma mina. Mas isso está longe da realidade do modelo brasileiro da megamineração, que impacta milhares de famílias e o meio ambiente também com barragens, adutoras, usinas de beneficiamento, ferrovias, minerodutos e portos. É o caso da Samarco.

Maria Júlia Gomes, da coordenação nacional do Movimento pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM), conduziu a reportagem por alguns dos equipamentos que compõem os complexos mineradores da Samarco e da Vale nas cidades de Ouro Preto,



Em Paracatu de Baixo cachorro vaga pela terra arrasada

Maria Mathias

Mariana, Catas Altas e Santa Bárbara. Seguindo pela MG-129, é possível ver a gigantesca barragem de Germano, a usina pelletizadora onde a empresa faz um beneficiamento simples do minério de ferro, transportado em “bolinhas” através do mineroduto que sai de Mariana, passa por várias cidades mineiras, atravessa o Espírito Santo e chega até o porto de Ubu, no litoral capixaba. A água para essa operação é retirada do rio Santa Bárbara, através de uma adutora encravada num dos locais mais antigos de Minas, no distrito de Brumal. Maria Júlia relata que além de o nível da água ter diminuído consideravelmente, prejudicando o lazer na região, o MAM tenta organizar há algum tempo os moradores que foram removidos de suas casas para que a adutora pudesse ser erguida ou que permanecessem no entorno, sofrendo com o barulho 24 horas por dia. “Mas as pessoas caíram em depressão e não querem nem ouvir falar na empresa”, diz.

Tendo como pano de fundo a beleza da Serra do Caraça, estão as grandes minas da Samarco – complexo que recebeu o dúbio nome de “Alegria” – e também da Vale. A gigante brasileira explora a mina São Luís e tenta reabrir ao lado outra mina desativada. Ambas as estruturas ficam muito próximas do distrito de Morro da Água Quente, em Catas Altas. Lá, os moradores têm organizado uma resistência à empresa, pois sofrem diariamente com os ruídos dos trens que transportam a produção e com a poeira fina que paira no ar graças às explosões. As cidades visitadas fazem parte da região conhecida como quadrilátero ferrífero, responsável por 60% de toda a produção nacional de minério de ferro. O país é o segundo maior exportador do mundo, com uma média atual de 500 milhões de toneladas de minério ao ano. E a Vale é a maior produtora de minério de ferro do planeta.

A importância da participação de produtos primários na economia brasileira tem crescido nos últimos dez anos. Com o *boom* das *commodities*, a mineração virou um novo grande agente. “Ela sempre existiu em Minas, mas não nessa intensidade. O ritmo de exploração por conta do *boom* é muito rápido. A mecanização favorece isso, mas é aproveitar a onda dos preços no mercado internacional. Mesmo que o preço do minério de ferro esteja mais baixo, entre 50 e 60 dólares, ainda sim é um patamar acima da média de 20 dólares em 2002/2003”, situa Maria Júlia, e conclui: “Ainda é extremamente rentável para o capitalismo extrair o máximo de minério de ferro para exportação”.

Bruno Milanez, pesquisador da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e coordenador do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), defende a tese de que o *boom* das *commodities* deve ser relacionado ao aumento de acidentes, como o que aconteceu em Mariana. Ele explica que as empresas de mineração competem no mercado internacional por baixo custo. O objetivo é vender para outras empresas, que vão transformar a matéria-prima em celulares, geladeiras, carros. “E para garantir baixo custo é preciso aumentar a escala. Isso quer dizer minas cada vez maiores e, conseqüentemente, barragens de rejeitos cada vez maiores”, explica. Só que a redução dos custos não se resume apenas a mais produção, mas também a menos cuidados com a parte da operação que não gera lucros, como as barragens. “Temos que levar em consideração que a construção de uma barragem dessas não é muito barata e, na tentativa de baratear custos, essas empresas buscam ampliá-las ao máximo. Aí entra o processo de alteamento. As barragens vão ficando cada vez mais altas porque é mais barato subir uma barragem do que construir uma nova”, explica Bruno. Segundo a Fundação Estadual do Meio Ambiente, ao menos 35 das 750 barragens que existem em Minas Gerais têm estrutura insegura. Três acidentes envolvendo barragens de mineradoras tiveram, em menor escala, efeitos semelhantes ao rompimento de Fundão. Em 2001, barragem da Mineração Rio Verde se rompeu em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte. Cinco operários morreram no acidente que atingiu 43 hectares e assoreou mais de seis quilômetros do Córrego Taquaras. Em 2007, a barragem da mine-

radora Rio Pomba Cataguases rompeu em Miraf. A lama com rejeitos de bauxita seguiu pelo Rio Muriaé e atingiu duas cidades mineiras e quatro municípios no estado do Rio. Em 2014, barragem sob responsabilidade da Herculano Mineração rompeu em Itabirito, causando a morte de três pessoas. A empresa já tinha sido autuada pelo Ministério Público 28 vezes por irregularidades, inclusive por falta de programas de gerenciamento de risco.

Tragédia anunciada

A pedra dessa tragédia já havia sido cantada em 2013, durante o processo de revalidação da licença de operação da barragem de Fundão. Na época, técnicos constataram que a Samarco não tinha nenhum estudo de avaliação de ruptura para a barragem, tampouco um plano de contingências caso o desastre acontecesse. Isso mesmo se tratando de uma barragem de nível três, de grande impacto. No mesmo ano, uma empresa contratada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais avaliou a barragem e concluiu que havia possibilidade real de ruptura. “Ao invés de indeferir a licença, acrescentaram-se essas exigências como condicionantes. Assim, a revalidação foi concluída em 2013”, lembra Marcilene Ferreira, da Rede Nacional de Advogados Populares, que atua há anos na defesa de comunidades atingidas pela mineração no estado.

Apesar do que o nome sugere, as condicionantes muitas vezes não funcionam como condição para que um determinado projeto seja aprovado. Pelo contrário, os projetos são aprovados apesar das inúmeras pendências. Esse cenário, na avaliação de Eduardo Barcelos, precisa ser revisto com urgência. “A agenda econômica, o *lobby* da mineração, empurra as condicionantes ao limite”, diz. Ele e Maria Júlia citam como exemplo o projeto Minas-Rio, da multinacional britânica Anglo American, que envolve estruturas como um mineroduto de 529 quilômetros – quase a mesma extensão do litoral

de Santa Catarina – e do porto do Açú, no Rio de Janeiro. “O projeto foi aprovado com 300 condicionantes. Depois de 300 condicionantes, existe viabilidade social e ambiental para a obra? São perguntas que os movimentos e os atingidos estão colocando”, pontua Eduardo. Recentemente, outro exemplo veio à tona envolvendo a polêmica usina de Belo Monte. O Ibama, órgão federal de licenciamento, concedeu a licença da operação da usina mesmo sem o consórcio Norte Energia ter cumprido 41 condicionantes.

A fiscalização das condicionantes é outro problema. Quando em 2014 a Samarco apresentou o estudo sobre a ruptura da barragem e o plano de contingências, várias falhas foram constatadas pelos movimentos sociais, mas passaram batidas pelos órgãos técnicos. Foi graças a isso que, por exemplo, a empresa nunca instalou sequer um alarme em Bento Rodrigues. Treinar a comunidade para cumprir protocolos em caso de acidentes, tampouco. E isso foi dito pela empresa no próprio plano. E até o que a empresa previu – treinamento dos próprios funcionários – não cumpriu.

Além de tudo, a Samarco estava requisitando licenças para o alteamento e unificação das barragens de Germano e Fundão. Em carta ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, diversas organizações que atuam na defesa do meio ambiente e de populações impactadas pela mineração denunciam que a empresa afirma no documento de requisição das licenças que ‘não identificou durante os estudos ambientais receio da população entrevistada’. Como contraponto, citam uma tese de doutorado defendida em 2012 na UnB, que identificou que 68% dos moradores de Bento temiam o desastre. No Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) do mesmo projeto, feito pela consultoria SETE, contratada pela Samarco, consta a informação de que os rejeitos das atividades da empre-

sa são dispostos em três barragens e em uma cava desativada. Segundo a SETE, a capacidade de armazenamento dessas estruturas tinha prazo de validade: 2016. Como o rompimento ocorreu apenas dois meses antes de 2016, as organizações questionam se o cálculo foi preciso. Outra possibilidade é que a Samarco tenha armazenado rejeitos deliberadamente além da capacidade das barragens.

Para Bruno Milanez, as falhas técnicas que levaram à tragédia precisam ser analisadas sob o pano de fundo da precariedade dos órgãos de fiscalização e controle nas esferas federal e estadual. “Não houve aumento de pessoal e infraestrutura compatíveis com o crescimento econômico dos últimos anos. Com isso, os técnicos estão sobrecarregados e não conseguem fiscalizar de forma efetiva todos os empreendimentos de risco”, aponta. Bruno considera ainda outro problema: a ingerência política nos processos. “Mesmo quando

O que já era ruim pode ficar pior



A alguns minutos do centro de Barra Longa, sempre margeando o rio, um cartaz do deputado federal Leonardo Quintão (PMDB/MG) pende da parede de uma casa em ruínas. Seria irônico se não fosse trágico: relator do Novo Código da Mineração que está tramitando no Congresso Nacional, o político recebeu nas últimas eleições mais de R\$ 1 milhão em doações de várias mineradoras, sendo R\$ 700 mil apenas do grupo Vale. Matéria exclusiva da BBC Brasil (7/12) revelou que o projeto de lei assinado por Quintão foi criado e alterado no escritório de advocacia Pi-

nheiro Neto, que tem uma cartela de clientes recheada de mineradoras, entre elas, a Vale e a BHP. O caso é duplamente escandaloso, já que o Código de Ética da Câmara dos Deputados proíbe que parlamentares relatem “matérias de interesse específico” de empresas que bancaram suas campanhas. O peso das mineradoras na vida política brasileira pode ser observado a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral. Nas últimas eleições, Dilma Rousseff e Aécio Neves receberam volumosas doações das empresas da Vale, R\$ 12 milhões e R\$ 1,5 milhão, respectivamente. O atual governador de Minas, Fernando Pimentel (PT), recebeu R\$ 3,1 milhões e o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB), R\$ 300 mil. A lista de doações da Vale inclui ainda muitos outros senadores, deputados federais, estaduais, governadores e prefeitos.

Talvez por isso, a maior catástrofe socioambiental do país parece não ter sido suficiente para barrar

os técnicos conseguem levantar uma série de condicionantes que indicam que determinado empreendimento não pode ser licenciado, vem uma decisão política, normalmente do secretário de meio ambiente ou do governador, dizendo para licenciar atrelado às condicionantes”.

Soberania popular

A pressão das empresas para licenciar empreendimentos de qualquer jeito e o mais rápido possível entra em choque com os interesses populares de quem será impactado pelos empreendimentos. Para a advogada Marcilene Ferreira, uma das lições da tragédia é a constatação de que os mecanismos de licenciamento são insuficientes, mas, acima de tudo, não favorecem a participação popular. “É necessário que as comunidades possam exercer o poder de decisão em relação às atividades econômicas em seus territórios. As audiências públicas hoje não cumprem a função de ouvir as comunidades atingidas. Existem só para constar. O processo como um todo não cumpre a função de ser um instrumento de proteção do meio ambiente e das pessoas que moram ou retiram seu sustento nesses locais”, denuncia.

Por isso, como o próprio nome anuncia, o MAM considera que um dos pontos centrais do debate é a soberania popular frente à mineração, o poder de decidir quando, como e onde vão ser exploradas as riquezas naturais. Hoje, para explorar minérios no subsolo brasileiro, “leva” quem pede primeiro, seja pessoa física ou jurídica. “Esse mecanismo se chama regime de prioridade e não pressupõe nenhuma estratégia pública”, explica Maria Júlia. Ou seja, caso cumpra regras burocráticas e técnicas, o solicitante explora onde e na intensidade que quiser. “Quem vai ditar é o mercado internacional? É a economia chinesa? Isso não é política de Estado.

E não é assim para outras áreas”, afirma Maria Júlia, usando como base de comparação outra riqueza mineral, o petróleo. Ela explica que embora não seja o ideal, o sistema de partilha garante que o Estado planeje e participe de todo o processo de exploração. “O Estado determina qual área é estratégica para a exploração naquele momento. Na mineração nem isso”. Antes da privatização da Vale, que ocorreu em 1997, Maria Júlia argumenta que pelo menos havia uma grande empresa pública na exploração mineral, o que garantia algum protagonismo para o Estado no planejamento e nas políticas públicas para o setor. “Hoje não é assim”.

Eduardo Barcelos aponta outra implicação da megamineração para os brasileiros. “As empresas vão adquirindo propriedades no entorno da área explorada: fazendinha, lote, sítio. E concentrando. O pequeno proprietário vai ficando isolado e também acaba

a agenda de flexibilizações do processo de licenciamento de grandes empreendimentos minerários. Em Minas Gerais, decorridos 20 dias do rompimento da barragem da Samarco, os deputados estaduais aprovaram a modificação das regras para concessão de licenças ambientais. Mesmo sob fortes críticas de ambientalistas e movimentos sociais, o projeto de lei 2946/15 continuou tramitando em regime de urgência. De autoria do governo Fernando Pimentel (PT), a proposta parte do pressuposto de que é preciso acelerar as licenças pulando etapas do processo. Um dos pontos mais criticados é o estabelecimento de prazos – de seis meses ou um ano, no caso de projetos que necessitem de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – para que o empreendimento seja licenciado ou indeferido. Além disso, o Executivo passa a ter um poder maior de decisão. Projetos considerados estratégicos pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econô-

mico poderão ser aprovados pela Secretaria do Meio Ambiente sem passar pelo Conselho de Política Ambiental (Copam). A nova lei traz ainda uma emenda que garante que o governador pode assumir as competências do Copam em “caráter excepcional” e em caso de “interesse público”. Até o fechamento dessa reportagem, a nova lei ainda não havia sido sancionada por Fernando Pimentel.

Em paralelo, a tragédia de Mariana parece ter servido de impulso para a votação do Novo Código da Mineração brasileiro. Leonardo Quintão concluiu um novo parecer no dia 8 de dezembro e anunciou que pretende colocar a matéria em plenário ainda em 2015. Em tramitação desde 2013, quando a proposta original foi enviada pelo Executivo, o Código pretende alterar o conjunto de regras que regula o setor no Brasil. Para o engenheiro Bruno Milanez, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), depois de alguns anos de debate, a versão atual do Código se aproxima da original, apresentada pelo governo Dilma. “Era uma proposta ruim que foi paulatinamente piorada durante a tramitação no Congresso”, resume. Ele ressalta que embora a versão do Executivo seja melhor, ainda sim é rebaixada. “Quase nenhuma das demandas da sociedade civil foi efetivamente incorporada no Código”, observa. De acordo com Milanez, as mudanças fazem parte de uma mesma inflexão na política ambiental do país. “Os últimos anos têm sido de intensos retrocessos nos direitos humanos e socioambientais adquiridos. São processos que andam casados nas esferas estadual e nacional. No caso do PL em Minas, é quase uma autorização automática. No Senado, já passou em uma comissão especial um projeto que vai na mesma direção. Se consideramos ainda o contexto de precarização e sucateamento dos órgãos públicos, qualquer licenciamento vai ser meramente cartorial. Os técnicos vão só carimbar os projetos”, afirma.

cedendo”, diz. Ele dá como exemplo a atuação da Anglo American. O empreendimento Minas-Rio adquiriu mais de 30 mil hectares, o equivalente a 30 mil estádios de futebol. “O maior assentamento do Rio de Janeiro hoje tem oito mil hectares”, compara. Eduardo, que estuda os impactos socioambientais no Minas-Rio, revela as estratégias heterodoxas da empresa na busca por essas terras. Segundo ele, a Anglo fundou uma empresa de fachada, chamada Borba Gato [menção ao bandeirante], que pretensamente tinha o objetivo de instalar um haras para criação de equinos. “Mas sua função, na verdade, foi fazer um levantamento das terras e proprietários para a Anglo”, denuncia, e completa: “Hoje a questão agrária tem que ser renovada porque não se trata só de discutir os conflitos pela terra com o latifúndio, mas com outros agentes, como a mineração, o setor portuário, a siderurgia. Todos esses ramos da indústria de extração requerem terra e o debate da função social da propriedade privada precisa ser colocado”.

Chantagem do emprego

No dia 17 de novembro, quando o rompimento da barragem de Fundão completou duas semanas, manifestantes foram às ruas de Mariana gritar “Fica Samarco!”. A promessa de empregos e melhora nas condições de vida da população talvez seja a face mais cruel dos megaempreendimentos extrativos. Isso porque, como dependem das altas e baixas do mercado internacional de *commodities*, num piscar de olhos todo o “desenvolvimento” some, deixando milhares de desempregados. No dia 8 de dezembro, a Anglo American anunciou que vai reduzir o número de funcionários de 135 mil para menos de 50 mil em decorrência da queda do preço do minério de ferro e dos metais industriais. Uma das primeiras medidas da Samarco depois do rompimento de Fundão foi praticar outro rompimento, desta vez dos contratos com as empresas terceirizadas que lhe prestavam serviços.

“Mariana vai sobreviver de quê?”. A pergunta é feita não só pela empresa ou pelas autoridades municipais, mas pelos próprios moradores. Inclusive os atingidos, como Raquel Carneiro, moradora de Paracatu e trabalhadora terceirizada da Samarco. Técnica em Segurança do Trabalho, Raquel informou na audiência pública realizada no dia 16 de novembro que havia acabado de assinar sua demissão. “Que as multas sejam revertidas para criar outras empresas em Mariana, porque não queremos sair daqui”, propôs. Nesse sentido, o início de dezembro trouxe uma boa notícia: a Samarco assinou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Trabalho (MPT) para que os 2.686 empregados diretos da empresa e 2,4 mil terceirizados não sejam demitidos em massa tanto em Minas Gerais como no Espírito Santo. No entanto, a manutenção dos empregos só está garantida até 1º de março de 2016. Para Mariléne Ferreira, a empresa faz um jogo com os recursos financeiros, colocando os atingidos em lados opostos, pois afirma que ou paga indenizações às famílias ou mantém os contratos de trabalho. “E há nas famílias que tiveram tudo destruído pessoas que trabalham nas empreiteiras, na Samarco ou em outras minas da Vale na região”, observa. A advogada reforça que o discurso de que a Samarco não tem recursos para arcar com os danos não cola. “Nós temos uma empresa controlada pelas duas maiores mineradoras do mundo, que fizeram a opção financeira de reduzir custos de operação. Foi uma decisão das controladoras. Nós entendemos que a Samarco tem recursos, mas se ela não fizer esses pagamentos, o poder público terá que exigir isso judicialmente da Vale e da BHP. É muito fácil dividir só os lucros”, conclui.

Os dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que o setor extrativista mineral é o que mais emprega em Mariana depois do serviço público e do setor de serviços. Cerca de 80% da arrecadação da cidade depende da mineração. “A cidade construiu sua economia depen-

dente da mineração e o orçamento da prefeitura foi construído numa perspectiva rentista, partindo do princípio de que aquela riqueza seria permanente. Portanto, é de se esperar que a cidade passe por uma redução de receitas no médio prazo”, analisa Bruno Milanez. Para o pesquisador, a situação deve servir de alerta para todos os municípios mineradores. “Essas cidades precisam criar transições que diminuam a dependência da mineração. A maior parte das prefeituras pega o dinheiro e não pensa no desenvolvimento de outras atividades. Ao invés de se manter nessa armadilha e exigir que a Samarco volte a operar o mais rápido possível e do mesmo jeito que antes, a tragédia deveria ser uma oportunidade para repensar outras vocações econômicas que não sejam essencialmente abrir buraco na terra”, complementa.

Se depender do secretário adjunto de Educação de Mariana, Israel Quirino, vai ser difícil. “Nós não somos nem pastos, nem campos, mas minas. Não queiram pôr o dedo no nosso nariz e indicar o nosso caminho porque nós somos mineradore.”, esbravejou na audiência pública do dia 16, como único representante do município. Mas, para Eduardo Barcelos, a tragédia em Mariana traz muitas lições. “É preciso que a população fique alerta sobre o quanto esses empreendimentos têm ingerência no poder público, a despeito do grande impacto que causam, a ponto de fazer com que se considere a mineração um fato consumado”, afirma e conclui: “Isso esconde outras economias – rurais, pesqueiras, camponesas – que vivem nessa região e são sacrificadas pela hegemonia da mineração. Há uma tese de que Mariana não planta. Mas se observarmos, as comunidades de Bento e de Paracatu têm práticas agrícolas para consumo local. Então, sair dessa chantagem e acreditar que é possível pensar o futuro sem a megamineração é um desafio não só para Mariana, mas para Itabira, Carajás, Conceição do Mato Dentro, Caitité, Santa Quitéria, e vários outros municípios que estão sendo impactados”. ●



Anúncio da vinda da presidente Dilma transformou a abertura da plenária final em manifestação contra o impeachment

Ameaça de impeachment atravessa 15ª Conferência Nacional de Saúde

Conjuntura política cai no colo dos delegados reunidos em Brasília e influencia os rumos da Conferência

André Antunes
Cátia Guimarães

Tinha uma crise no meio do caminho. E ela atingiu em cheio o curso da 15ª Conferência Nacional de Saúde, realizada entre 1º e 4 de dezembro deste ano, exatamente em Brasília. Mal tinha se encerrado o segundo dia do encontro quando o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, anunciou a aceitação do pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Para o bem ou para o mal — dependendo de quem faz a análise —, a partir daí a rotina dos mais de quatro mil participantes — principalmente dos quase três mil delegados — da 15ª nunca mais foi a mesma. Da organização de um ato “em defesa da democracia” até a ida não programada da presidente da República à Conferência, formou-se para o controle social um novo enredo, que se expressou principalmente em sucessivas manifestações de apoio à Dilma — em geral, com adesão massiva. Para alguns, o que aconteceu na conferência foi um ato de defesa do mandato presidencial e, consequentemente, da democracia; para outros, assistiu-se a uma explícita e incondicional defesa de um governo que a conferência deveria ter autonomia para criticar. Entre uma versão e outra, essa verdadeira ‘invasão’ da conjuntura trouxe para a 15ª Conferência muita festa — com canto, dança e palavras de ordem —, mas, de forma mais silenciosa, também críticas, protestos e até confrontos físicos.

A verdade é que o grito de “Fora Cunha” já tinha ecoado alto na cerimônia de abertura do encontro, acompanhado por uma salva de vaias ao ministro da Saúde, Marcelo Castro, do mesmo PMDB do presidente da Câmara. Na ocasião, no entanto, a presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Maria do Socorro Souza, ‘tomou as rédeas’ da mesa fazendo com que se diferenciasse a crítica. Sobre Cunha, ela alegou que a “institucionalidade” a impedia de repetir as palavras de ordem que vinham do auditório, mas garantiu que aquele era também o “seu grito”. Já com Marcelo Castro — que ‘recebeu’ o ministério da Saúde cerca de dois meses antes numa negociação que visava contornar a crise política ainda em curso —, o tom foi de cortesia: numa clara tentativa de diminuir o constrangimento do ministro, Socorro quebrou o protocolo pegando o



André Antunes

microfone do mestre de cerimônias para, “com satisfação”, anunciar pessoalmente sua fala. “O ministro Marcelo Castro tem sido respeitoso com o controle social. E a gente coloca aqui na condição de presidente dessa conferência a sua fala”, disse, fazendo com que as vaías iniciais dividissem espaço com alguns aplausos.

O que mudou com a notícia da aceitação do pedido de impeachment foi que a rejeição a Cunha — justificada, inclusive, pela sua atuação legislativa em pautas que dizem respeito à saúde — se tornou grito casado de apoio à presidente Dilma. E, na opinião dos militantes que, em clara minoria, se indignaram com os rumos que a conferência tomou, foi-se junto a “institucionalidade” que o Conselho Nacional de Saúde deveria manter para garantir a manifestação democrática de diferentes opiniões e visões políticas e partidárias. “A presidente do Conselho Nacional de Saúde conseguiu manchar a gestão dela nessa conferência, quando trouxe para dentro a política partidária que tem que ser resolvida no Congresso e não aqui”, protestou Frank Lima, delegado eleito como representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Acre, que, junto com outros participantes do estado, manifestava verbalmente sua indignação. “A presidente da República pode ir aonde quiser. A presidência do Conselho é que não podia politizar a conferência. Ontem [3 de dezembro] a mesa diretora do Conselho ficou aqui dentro fazendo campanha pró-Dilma. A mesa tem que se posicionar de forma independente”, criticou.

A presidente do CNS nega que tenha havido “partidarização” da conferência ou mesmo qualquer defesa do governo. Segundo Maria do Socorro, entre a mesa de abertura — quando ela freou sua manifestação pessoal em nome da institucionalidade — e a plenária final, o que mudou foi a conjuntura. “Entre os dias 1º e 3 de dezembro, nós tivemos um agravamento da agenda que está tramitando, em especial, no Congresso, com uma ameaça concreta de golpe à democracia brasileira”, justifica. E completa: “A gente não tinha outra escolha ali”. Segundo ela, embora tenha tentado “dar um tom político à conferência” desde o começo, a mesa de abertura não era um espaço adequado para “colocar todas as radicalidades”. “Tinha um público novo ali. Era importante também que a gente conhecesse melhor o posicionamento da maioria do público para ver se o que tínhamos como posição política era a posição da maioria”, explica.

‘Democracia e saúde’

O volume dos gritos de repúdio a Eduardo Cunha e apoio à presidente, que ecoaram na plenária na noite de quinta-feira e na manhã de sexta, não deixa dúvidas de que se expressava ali, de fato, uma maioria. Mas, seja em protestos silenciosos — principalmente do lado de fora do audi-

tório —, em barulhentas reações à condução dos trabalhos ou mesmo com tímidas vaías, delegados de diferentes estados criticaram os rumos que a conferência tomou.

Tudo começou quando, depois de um dia inteiro de trabalho de grupos, os delegados, convidados e participantes livres se dirigiram ao auditório para a abertura oficial da plenária final da 15ª Conferência Nacional de Saúde. Na tarde daquele mesmo dia, militantes e movimentos sociais ligados à saúde já tinham organizado um ato contra o impeachment em frente ao centro de convenções. Com uma faixa em destaque que dizia “Saúde é democracia. Não vai ter golpe”, o movimento não reuniu muitas pessoas — entre 150 e 200, num universo de mais de quatro mil participantes — mas também não gerou reações contrárias. Foi lá, no entanto, que Maria do Socorro lançou a expectativa de que a presidente Dilma talvez comparecesse ao encontro. E fez um apelo: “Se a nossa grande líder chegar aqui na 15ª Conferência, eu quero que toda a classe trabalhadora, que todo usuário, que todas as autoridades abracem a presidente Dilma e a carreguem para dentro da 15ª Conferência Nacional de Saúde”. Questionada sobre as críticas à participação do CNS no movimento, ela se defende: “No ato do lado de fora [do centro de convenções], eu estava como cidadã. Ali sou eu, Socorro, e disso eu não abro mão”.

O fato é que pouco depois se divulgou a informação de que a conferência receberia a visita da presidente Dilma no final da tarde daquele mesmo dia. Quando acabaram os trabalhos da maior parte dos grupos, uma pequena multidão de pessoas se aglomerou na porta do auditório, disputando um lugar para ver a chefe de Estado. Naquele espaço, naquele horário, de acordo com a programação, deveria ter início a plenária final da 15ª Conferência. “Está aberta a plenária final mais popular desde a 8ª Conferência Nacional de Saúde”, disse Socorro, de cima de um palco tomado de gente, em meio a muitos aplausos e algumas pou-

cas vaias. Naquela noite, nenhuma discussão ou votação aconteceu: com muitos gritos de “Fora Cunha”, “Não vai ter golpe” e “Olê, olê, olá, Dilma, Dilma”, militantes de diversos movimentos sociais e participantes da conferência subiram no palco, conformando uma verdadeira festa de cantos e bandeiras. Do plenário, uma parte cantava junto; outros apenas aguardavam, observando; e, de alguns pontos mais isolados, ainda era possível ouvir gritos que perguntavam: “cadê a conferência?”.

Do lado de fora do auditório, um grupo de delegados — nesse momento, principalmente do estado de São Paulo — reclamavam indignados. “Eu também não sou a favor do golpe. Mas não é disso que se trata. O Conselho Nacional de Saúde tinha que se posicionar porque nós viemos aqui para a conferência discutir uma política de Estado, não o apoio ao governo. Isso está se transformando num palanque, num ato político-partidário”, criticou Paulo Luis de Souza, delegado de São Paulo. Socorro reage: “Dizer que a questão do impeachment é partidária é não compreender o que está em disputa. E ali nós tínhamos dentro do plenário todas as representações político-partidárias e ideológicas. Agora, quem diz que é partidário é porque tem posição a favor do impeachment a princípio”. Em seguida, ela relativiza essa análise lembrando que havia “gente que foi pela primeira vez” à conferência e que “não está na militância”. “Tem gente que não tem militância em movimento social, movimento sindical ou mesmo partidos políticos. E com certeza essa crítica, para essas pessoas, tem todo o sentido. E eu vou respeitar quem tem esse olhar”, diz, argumentando que há governadores de todos os partidos políticos — inclusive do PSDB — que têm se posicionado contra o impeachment.

“Cadê a conferência?”

A caracterização dos que expressaram críticas à 15ª como defensores do golpe ou de uma pauta de direita foi um dos principais incômodos manifestados pelo movimento estudantil presente na Conferência. Reunindo representantes de Executivas Nacionais de diversos cursos da área da saúde, o grupo, que criou a *hashtag* #Ocupa15CNS nas redes sociais, espalhou cartazes pelo centro de convenções e exibiu, no meio do discurso da presidente da República, uma faixa perguntando: “Cadê a conferência?”. “Não tem como a gente não ser associado aos ‘coxinhas’, a essa galera fascista. Porque essa é uma condição confortável do pessoal governista: colocar que todas as críticas são à direita”, queixa-se Priscila Alves, delegada pelo estado da Paraíba, integrante do Fórum de Saúde do estado e do Coletivo de Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Suelen Nunes, da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem) e também delegada da Conferência, denuncia o que considera uma “falsa dualidade” que teria se expressado no encontro. “Eu acho importante começar falando dessa dualidade porque muitas pessoas nos olham e acham que somos um movimento de direita, contra a Dilma. As pessoas acham que o fato de a gente estar se colocando a favor da conferência é se colocar contra a presidenta ou a favor do impeachment. Não é nada

disso. O que a gente faz é questionar o quanto o controle social está sendo valorizado, priorizado no processo da conferência”, esclarece a estudante, cujo grupo criou o mote “Cunha sai. Conferência fica”.

Reivindicar a “conferência” naquele momento não significava, na avaliação de Suelen, uma defesa de que a saúde deve ser discutida descolada da conjuntura. “Essa é a confusão que não pode ser feita”, alerta Suelen. “Saúde é indissociável da compreensão do sistema capitalista em que a gente vive, do sistema econômico, político, social, da crise ideológica e política que o país vive neste momento”, reconhece. A questão, diz, é que a conjuntura entrou na conferência como afirmação de uma posição e não como oportunidade de debate. Na avaliação da estudante, perdeu-se uma grande chance de discutir, de fato, a relação da conjuntura com as políticas de saúde. “Ontem [3 de dezembro], quando deveria ter acontecido o início de uma plenária, poderia ter sido aberto um espaço de debate sobre a conjuntura atual. A gente não iria ferir a conferência e, com certeza, haveria uma pluralidade de opiniões, desde que elas fossem ouvidas e respeitadas. Ao invés de determinar simplesmente que a gente passaria o início da plenária cantando músicas da Dilma, a gente poderia ter debatido de fato, com clareza, trazendo elementos conjunturais para o debate nacional e para o debate em saúde, sobre como isso dialoga dentro de uma conferência nacional. Isso seria um ganho político muito grande”, lamenta. “Não era esse o objetivo da conferência”, responde a presidente do Conselho Nacional de



“Fora Cunha”, “Fica Dilma” e “Cadê a Conferência?": faixas mostram as diferentes reações aos rumos da 15ª

André Antunes

Saúde, defendendo que discussões aconteceram nas plenárias populares e livres e nas pré-conferências realizadas e que, mesmo na etapa nacional, o “contraditório” esteve presente, por exemplo, com a vinda de convidados internacionais de 12 países com realidades muito distintas — que participaram também do I Encontro Latino-Americano de entidades e Movimentos Populares pelo direito universal à saúde, realizado dias antes da conferência.

Agilidade X debates

No início da Conferência Nacional de Saúde, os delegados da 15ª CNS tinham pela frente 625 proposições do relatório consolidado da etapa estadual para discutir e decidir quais entrariam no relatório final. De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, apenas 7% delas foram levadas para a plenária final. Durante dois dias, os grupos de trabalho reunidos em torno dos oito eixos da conferência aprovaram 80% das propostas e rejeitaram 13% com mais de 70% dos votos, em metade mais um dos grupos. Isso significa que 500 proposições foram diretamente para o relatório final da conferência sem ter que passar pela plenária final.

Agilidade na votação das propostas foi destacada como um dos pontos positivos da Conferência em um artigo em que a presidente do CNS, Maria do Socorro, fez um balanço do evento. Para alguns participantes, no entanto, o custo da rapidez foi uma metodologia que priorizou a agilidade do processo em detrimento da qualidade dos debates. “Não houve um equilíbrio entre a agilidade e a valorização do debate”, resume Geandro Pinheiro, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), que participou da 15ª como convidado. Mas ele contemporiza: “Eu sei que é um desafio para a organização de um evento dessa magnitude garantir agilidade para terminar nos quatro dias de trabalho sem atrapalhar o debate”. Ele acredita, no entanto, que isso prejudicou o que deveria ser o principal objetivo da

conferência. “Conferência não serve só para ter relatório final. Ela é um espaço de formação, articulação, apropriação de debates. Deveria ter havido mais equilíbrio entre a discussão política e a agilidade necessária”, reitera.

Entre os aspectos da metodologia considerados problemáticos estava a regra que permitia apresentar nos grupos de trabalho apenas destaques de supressão parcial ou total das propostas apresentadas, sem a possibilidade de que fossem feitas alterações na redação. As propostas que não apresentassem destaques de delegados para supressão iam diretamente para uma votação sobre se permaneciam ou não no relatório. “Isso esvaziava a possibilidade de que você se pronunciasse. Se a ideia é só aprovar proposta, tudo bem. Mas se a ideia é construir uma consciência sobre o SUS, debater com todos que vêm das diversas regiões do país, acho complicado”, avalia Paulo César Ribeiro, diretor da EPSJV/Fiocruz, que também foi convidado da conferência. Para ele, esse formato não favorece a discussão política. “Acaba ficando mais um modelo de legitimação de algumas propostas do que de discussão e disputa de posições”, opina. Para ele, isso fez com que eventuais divergências que poderiam aparecer ficassem escondidas. “Fica tudo parecendo consensual demais. Por exemplo: a posição de ser contra a privatização da saúde me pareceu quase que consensual, mas não é. Claramente há grupos ali que defendem a Ebserh [Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares] e as fundações estatais de direito privado que, para a linha de pensamento à qual me filio, são modelos privatizantes da saúde. Mas todo mundo diz que é contra a privatização”, explica.

Recém-eleita reitora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maria Valéria Correa considera que a escolha das mesas de abertura do evento foi outro aspecto que contribuiu para que houvesse um falso consenso em torno das questões debatidas, diferente do que ocorreu na 14ª Conferência, quando esteve mais presente nas mesas o debate de posições dissonantes. “As mesas estão muito governistas”, resume e complementa: “Tem uma blindagem do governo Dilma muito grande, o que omite o fato de que vários retrocessos, como a Ebserh e a proposta da entrada do capital estrangeiro, são obra deste governo”, critica. Para ela, o foco no “Fora Cunha” durante a Conferência explicitou essa contradição. “Existe um centralismo na acusação do Cunha, que, de fato, é a expressão de tudo o que existe de pior na política. Mas se esquece que existe uma política governamental de corte e de contingenciamento de recursos, de pagamento da dívida pública, de ampliação de subsídios ao setor privado”, critica.

A presidente do CNS discorda de que se tenha adotado postura acrítica em relação ao governo federal. “Nós fizemos críticas o tempo inteiro. O conselho se posicionou contra o ajuste fiscal, se posicionou em relação ao capital estrangeiro, se posicionou em relação à pauta do Ato Médico. Colocamos também uma crítica ao corte de R\$ 16 bilhões na PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual] que está no Congresso Nacional”, enumera Socorro, que afirma que o Conselho vem travando embates com o governo por um projeto nacional que defende pautas como a reforma agrária, tributária e dos meios de comunicação. “Em alguns aspectos fomos respondidos, em outros não”, conclui.

Confusão em torno do regulamento

O fato de o regulamento não ter sido votado em plenária durante a conferência é outro ponto que para os delegados acarretou problemas durante as discussões nos grupos de trabalho. Na edição anterior da conferência, em 2011, a votação do regulamento levou praticamente um dia inteiro de trabalho. Desta vez, para evitar atrasos nas votações, optou-se por chegar à Conferência com o regulamento, elaborado pelo CNS e submetido à consulta pública em outubro, já pronto. “Essa foi outra tentativa de agilizar o processo. Por outro lado, não houve uma apropriação do regulamento nem pelas pessoas que coordenavam os grupos e muito

menos pelos participantes”, diz Geandro, apontando que isso acabou prejudicando ainda mais o debate. “Teve grupo em que os coordenadores definiram que ali não ia poder ter questão de ordem e nem questão de esclarecimento. Chegou a ter grupo que votou para que convidado não tivesse voz. Tudo isso ao arrepio do regulamento”, revela. Para Paulo César, a inexperiência de muitos delegados também contribuiu para esvaziar os debates na conferência. Segundo Maria do Socorro, cerca de 40% dos delegados e convidados da 15ª CNS participavam de uma conferência pela primeira vez. “A renovação traz ganhos, mas também traz algumas perdas”, admite. Entretanto, ela discorda da leitura de que faltou debate

na Conferência. “Eu não aceito essa crítica. É um equívoco na análise olhar só a etapa nacional, distanciada do conjunto do processo. Eu acho que a gente inovou, e muito, em espaços de participação. Tivemos muitas conferências livres: estudantes, farmacêuticos, mulheres, negros, população de rua, rural. Então não dá para dizer que não houve

Empurra-empurra e protestos na entrada da plenária final

Com exceção do protesto público feito pelo movimento estudantil, organizado em torno do mote #Ocupa15CNS, as críticas que se restringiram ao posicionamento político do Conselho Nacional de Saúde em função dos atos contra o impeachment vieram, em sua maioria, de forma silenciosa ou solitária. Mas as queixas tomaram o plenário, como reivindicações de grupos inteiros — ainda que minoritários — na manhã da sexta-feira, dia 4 de dezembro, quando os participantes da Conferência aguardavam a chegada da presidente Dilma Rousseff. Marcada para começar às 8h, a plenária final — que foi aberta na noite anterior, mas sem que houvesse qualquer discussão ou votação — só teve início por volta de 10h30, depois que os participantes enfrentaram filas para passarem por revistas e detectores de metal, seguindo as normas de segurança da Presidência da República.

O primeiro protesto surgiu quando a mesa encaminhou que, ao contrário do previsto, fossem votadas primeiro as moções, deixando as propostas para o final. Diante do barulho provocado por um grupo de delegados, a mesa colocou em votação e legitimou a inversão de pauta, mas nem por isso conseguiu acalmar os ânimos. Quando a votação finalmente começou, enquanto a maioria dos presentes acompanhava a leitura feita pela mesa, sem se dar conta da confusão que se instalava na porta da plenária, um grupo grande de delegados continuava do lado de fora, impedidos de entrar pela constatação de que, já lotado, o plenário não oferecia mais condições de segurança aos presentes e à presidente da República.

Foi o momento mais tenso da 15ª Conferência. De dentro do auditório, militantes tentavam impedir o início da votação antes que todos os delegados presentes tivessem garantido seu direito de participação. Foi a primeira vez em todo o encontro em que se ouviu uma forte vaia à presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro, até então ovacionada em quase todas as falas. Isso porque, apesar dos protestos, ela decidiu dar continuidade aos trabalhos com o argumento de que, regimentalmente, a presença de 50% dos delegados mais um era suficiente. Do lado de fora, delegados revoltados forçaram a entrada, chegando a derrubar o aparato de segurança instalado na porta do auditório, e foram reprimidos pela Polícia Militar, chamada para conter os ânimos. No final das contas, ninguém ficou para trás, mas a confusão afetou a disposição de parte dos delegados em receber Dilma. Em coro, do fundo do auditório, um grupo de participantes que assistia a tudo ecoava o grito de “Polícia é pra ladrão”. “É um absurdo o que estão fazendo com o controle social. Se nós estamos eleitos, nossa obrigação é estar lá dentro. Polícia tem que prender ladrão e os corruptos que estão tirando dinheiro da saúde e não proibir delegados eleitos para defender o controle social”, indignou-se Rodrigo Brito de Vasconcelos, representante dos usuários de Belo Horizonte, Minas

Gerais. “Eu acho uma falta de respeito porque tem gente que vem do Amazonas, viaja de barco para vir para cá cansado e vê essa pouca vergonha aqui. Aqui não é casa de votação e aplauso para Dilma não; aqui é aplauso para a melhoria da saúde, do SUS, em nível de Brasil. Aqui não tem ladrão, só tem trabalhador”, queixava-se Paulo Cesar Rodrigues Onofre, do Espírito Santo.

Mas houve também quem minimizasse o problema, chamando uma parte dos próprios delegados à responsabilidade pela confusão instalada. “Nós temos que aprender a respeitar as deliberações e instâncias”, argumentou Rivânia Rodrigues, representante dos usuários pelo movimento LGBT de Pernambuco, que disse ter assistido ao momento em que os delegados derrubaram os obstáculos e, segundo suas palavras, “passaram por cima dos seguranças”. Embora sem saber identificar nenhum delegado, entidade ou movimento que estivesse à frente da ação, na sua opinião, o “tumulto” foi conduzido por um grupo de pessoas articuladas “por forças opostas a este governo”. Anderson Pereira da Silva, integrante do conselho municipal de saúde de Gonzaga, Minas Gerais, e delegado representante de usuários, também saiu em defesa da organização do encontro, atribuindo a confusão na entrada da plenária final à “intolerância e sabotagem da parte de alguns delegados em quebrar a entrada, invadir e empurrar os seguranças”.

debate”, avalia. A presidente do CNS afirma ainda que “gostaria muito” que fosse possível colocar propostas novas e promover mais debates na etapa nacional, mas acredita que para isso seria necessário ter mais tempo de conferência. “Temos a responsabilidade de fechar a conferência. Se nós fossemos acolher propostas novas ali, por exemplo, a gente não concluiria a conferência e em vez de 300 ou 400 propostas, teria duas mil”, ressalta.

Propostas e pauta política

Uma das preocupações manifestadas pelos estudantes organizados na 15ª Conferência era com o comprometimento das propostas que traziam críticas ou cobranças ao governo federal. “Se a gente assume uma defesa cega do governo num espaço de controle social, corre o risco de não fazer essas críticas”, diz Suelen Nunes, da Denem. Como apenas 7% das propostas foram para a plenária, ainda não se conhece o teor do relatório final. A reportagem da Poli entrou em contato com o Conselho Nacional de Saúde para confirmar a aprovação ou não de algumas propostas que não foram à plenária final, mas não conseguiu resposta. Socorro, no entanto, adianta que, entre as propostas aprovadas, a “principal mensagem” da sociedade reunida na 15ª Conferência para o governo federal foi dada. “A gente defendeu taxar as grandes fortunas e taxar mais as grandes movimentações financeiras. Tem uma proposta também de redução da taxa de juros para enfrentar uma política econômica recessiva”, afirma, listando ainda a priorização da atenção básica e da rede pública estatal como alvos do financiamento da saúde e a recusa do repasse de recursos públicos para Organizações Sociais (OSs) e Organizações da Sociedade Civil para o Interesse Público (Oscips) como pontos que constarão do relatório da conferência.

Sobre financiamento — tema sempre urgente nas discussões do Sistema Único de Saúde —, a única decisão que ficou para a plenária final foi a retirada da referência ao investimento de 10% da Receita Corrente Líquida da União em saúde. A principal frente de atuação da militância neste momento, materializado no movimento ‘Saúde + 10’, defende que o governo federal aplique 10% da Receita Corrente Bruta (e não líquida). Como a metodologia da Conferência não permitia que houvesse substituição nem parcial de propostas na etapa nacional, a votação acabou sendo por retirar esse trecho da proposta, que ficou sem qualquer referência à participação da União — que é um dos grandes debates do movimento sanitário.



Ato no Congresso Nacional dá início à 15ª Conferência Nacional de Saúde

Apesar dos problemas relatados na organização e na condução da Conferência, a avaliação dos entrevistados pela Poli é de que da 15ª deve sair um relatório final sintonizado com as propostas que vinham sendo aprovadas nas últimas conferências nacionais. “Eu acho que temos um bom acúmulo de sucessivas conferências a nosso favor. O relatório deve reiterar aquilo que já vínhamos aprovando: a necessidade de fortalecimento da atenção básica, das equipes multiprofissionais em saúde na perspectiva de superação do modelo centrado no médico, a proposta de fortalecer a rede pública em substituição à rede privada”, enumera Francisco Batista Júnior, ex-presidente do CNS. Geandro Pinheiro concorda, mas alerta que a qualidade do relatório nunca foi um problema nas últimas conferências. “A 14ª também teve um relatório bom, mas quando se faz um balanço, a gente vai ver que muito pouco foi implementado. E boa parte está novamente no relatório da 15ª. A pauta da esquerda está colocada ali”, avalia. Para ele, as últimas conferências vêm sugerindo que há um certo consenso em torno de um projeto para o sistema de saúde entre os militantes do SUS. “Todo mundo defende mais dinheiro, plano de cargos, é contra a privatização. Mas na real política você acaba defendendo governos que definem o inverso em função desse aparelhamento, dessa burocratização, de um conjunto de questões que destituem o controle social do seu elemento de participação popular”, diz.

Isso não significa, no entanto, que não houve polêmicas nos grupos de trabalho, algumas delas em torno de questões que se imaginava consensuais entre os militantes da saúde. “No meu grupo rejeitou-se uma proposta que era contrária à redução da maioria penal. Ou seja, o grupo se expressou favorável à redução”, exemplifica Paulo César Ribeiro. Geandro Pinheiro resume a contradição: “Gritam ‘Fora Cunha’, mas tem muita gente aqui votando nas pautas do Cunha”.

André Antunes

Evento paralelo discute saúde das populações do campo, floresta e águas

André Antunes



Parque da Cidade. Integrantes de organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros, realizaram ali o 1º Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, que teve como tema ‘Cuidar, promover, preservar: a saúde se conquista com luta popular!’. Foram cerca de mil pessoas, entre sem-terra, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e agricultores familiares, além de outras populações que, segundo Judite da Rocha, da coordenação nacional do MAB, não se sentiam representadas na conferência. “O nosso encontro não é para fazer contraponto à conferência, mas para dizer que da forma como ela está posta não há participação dessas populações. Nós não temos sequer 15 delegados”, critica Judite, referindo-se não a um movimento específico, mas a toda a população do campo, da floresta e das águas. Mercedes Queiroz, da direção nacional do MST, avalia que essas populações historicamente têm dificuldade de participar em espaços institucionalizados de participação social. Para ela, questões conjunturais também interferem. “O fortalecimento das posições conservadoras, da tentativa inclusive de criminalização dos movimentos sociais e populares, tem feito com que a participação não se efetive no concreto”, diz.

Denunciar a relação entre o modelo de desenvolvimento e os agravos à saúde e promover uma concepção de saúde que leve em conta as determinações sociais do processo saúde-doença foram alguns dos objetivos do encontro. “Fazemos a denúncia do processo da mineração, da agricultura baseada no agronegócio, dos grandes projetos de portos e hidrelétricas para exportação de matérias-primas, que têm causado todo tipo de adoecimento dos sujeitos que estão nesses territórios e também do meio ambiente”, explica Mercedes. A partir das discussões realizadas durante o encontro, que aconteceu de 30 de novembro a 4 de dezembro, os movimentos produziram um manifesto, que foi apresentado durante a plenária final da 15ª CNS. “Estamos sofrendo com as poluições das empresas, com a ganância das mineradoras, com a violência dos grandes projetos de ‘desenvolvimento’ assumidos pelo Estado Brasileiro a serviço do capital internacional”, denuncia o documento, que critica ainda a “morosidade do Estado brasileiro” no atendimento das reivindicações das populações do campo, floresta e águas, que tem levado “à perda da biodiversidade, ao acirramento de conflitos, à fragilização dos modos de vida e à desestruturação dos territórios face ao avanço de obras de infraestrutura em áreas reivindicadas” por essas populações.

Entre as propostas, além do aumento da participação das populações do campo, floresta e águas nos conselhos locais, municipais, estaduais e

Separados por uma distância de cerca de dois quilômetros do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, palco dos debates da 15ª Conferência Nacional de Saúde, militantes ligados a diversos movimentos sociais se reuniram para discutir temáticas da saúde no

nacional de saúde, os movimentos defendem ainda a aprovação do Programa Nacional de Redução do Uso dos Agrotóxicos (Pronara) – cobrada inclusive pela presidente do CNS Maria do Socorro Souza durante a abertura da Conferência –, a implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, bem como de políticas de estímulo à produção agroecológica.

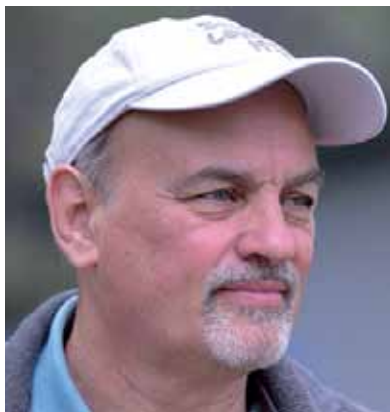
Além de debates e plenárias, os movimentos sociais organizados no Encontro realizaram também protestos que visavam chamar atenção dos participantes da Conferência para suas reivindicações. Durante a Marcha pelo SUS, realizada antes da abertura oficial, bexigas cheias de lama foram atiradas na fachada do Ministério de Minas e Energia, como forma de lembrar o maior desastre ambiental da história do país, ocorrido em novembro deste ano, em Mariana, Minas Gerais, e cobrar do governo punição para as empresas envolvidas, a Vale, a Samarco e a BHP Billiton. No dia 3 de dezembro, Dia Mundial da Luta contra os Agrotóxicos, centenas de manifestantes ocuparam a entrada do pavilhão onde ocorria a Conferência para denunciar o uso indiscriminado de agrotóxicos, sustentado pelo modelo do agronegócio. “A discussão da saúde passa necessariamente por uma discussão sobre a alimentação e, nesse sentido, estamos fazendo a denúncia dos agrotóxicos, que é uma das coisas que mais mata hoje no Brasil. Isso já está bem documentado em pesquisas, como mostrou o Dossiê da Abrasco sobre os Agrotóxicos”, afirma Judite do MAB. ●

RAÚL ZIBECHI

“O Estado é uma força que atrapalha as sinergias de mudança”

Maíra Mathias

Do movimento zapatista, no México, aos movimentos que reivindicam casa e terra no Brasil. Dos governos considerados mais progressistas, como Bolívia e Venezuela, aos mais alicerçados em alianças conservadoras como o Brasil e a Argentina. O jornalista e pesquisador uruguaio Raúl Zibechi parece ter, como poucos, um interesse profundo por todos os grupos que se movem no cenário latinoamericano e que, de alguma forma, contestam a ordem vigente. Com riqueza de detalhes sobre o modus operandi dos movimentos sociais e das forças políticas que se movem neste tabuleiro, Zibechi nos dá algumas pistas sobre como mudar a atual correlação de forças que, como no Brasil, favorece setores conservadores. Ele nos mostra, nesta entrevista, como há lições valiosas impressas na história e que não podem ser perdidas de vista, como a visão equivocada de que a conquista do Estado por si só é suficiente para implementar mudanças radicais. “Precisamos de valores socialistas”, sentencia.



Arquivo Pessoal

Em seus textos, você identifica características comuns aos movimentos sociais que apareceram na América Latina a partir dos anos 1990, como a centralidade do território, a importância da formação, com formas distintas de fazer escola e construir conhecimentos. Dentre elas, está a luta por autonomia. Qual é o sentido dessa autonomia?

A autonomia é uma característica importante desses movimentos por duas razões básicas. Uma porque estruturalmente as pessoas que necessitam se organizar para mudar o mundo estão “fora do mundo”: fora da institucionalidade, da legalidade, da visibilidade. São basicamente os “sem”. Os sem-terra, sem-teto, sem direito, sem trabalho. São pessoas que o modelo neoliberal extrativo coloca de fora dos direitos. São somente objetos das políticas sociais. Mas autonomia por quê? Vamos falar de uma mulher favelada, mãe, normalmente sem marido. Ela, sozinha, não pode fazer escutar sua voz na sociedade “normal”. Ela ne-

cessita trabalhar junto com outras para ganhar visibilidade, para que seu discurso seja ouvido. Segunda coisa: ela não tem um lugar estrutural de dignidade, de cidadã. Uma vida com direitos plenos. A saúde é de má qualidade, a educação também, as periferias ficam a muitos quilômetros do centro e dos lugares de trabalho, a moradia é precária, etc. Então, elas não podem esperar do Estado a melhora da sua situação. Por exemplo, o programa Minha Casa, Minha Vida. As moradias que entregam a este setor da população são de pouca qualidade e muito longe dos lugares onde essas pessoas construíam sua vida. Se moravam na favela, elas tinham suas estratégias de sobrevivência. Agora isso foi completamente desarticulado. Temos estudos que mostram que Minha Casa, Minha Vida reproduz a desigualdade. A moradia agora não é tão precária, mas a distância é uma fragilização de sua vida. Então, as pessoas necessitam se auto-organizar com outros para fazer escutar sua voz e também para construir o mundo de que necessitam.

Pensando no Minha Casa, Minha Vida. Sabemos que as casas são de baixa qualidade, distantes do centro, como você disse. Mas o principal movimento que hoje protagoniza a luta por moradia no Brasil, o MTST, tem a ampliação e continuidade do programa como bandeira ao mesmo tempo em que cobra do governo federal mais controle sobre o processo de construção das moradias.

Muitas lutas ainda ocorrem no sentido de melhorar políticas públicas dentro do Estado. Ao mesmo tempo, você está falando que a autonomia é central por fora do Estado também...

Você pode ter uma relação com o Estado, receber dinheiro ou repasse de políticas sociais do Estado e ter autonomia. Autonomia no caso dos sem-teto é ter capacidade e vontade de construir uma moradia de qualidade no local em que considera adequado, mas disputando capacidades financeiras com o governo. Isso não vai contra a autonomia. A autonomia é a capacidade de decidir a qualquer momento a forma de fazer, a forma de tomar decisões e de praticá-las. Mas neste momento é impossível que os movimentos não tenham uma relação com o Estado. Eu não desejo a relação com o Estado, mas na nossa cultura política, o ponto de partida é o Estado, que deve dar saúde e educação para a população. Quando o Estado não cumpre isso, a autonomia é construí-la. Mas não devemos pensar que autonomia equivale a não ter nenhuma relação com o Estado.

A tomada do poder por dentro da institucionalidade do Estado mobilizou a esquerda durante muito tempo. A experiência dos ditos governos progressistas na América do Sul e, agora, sua crise, parecem apontar para um esgotamento ou ao menos uma revisão da crença de que chegando “lá” é possível mudar a correlação de forças, não ser engolido. Ao mesmo tempo, há um regresso da direita “puro sangue”. Entre o diagnóstico do esgotamento e a construção de novas alternativas, o que os movimentos sociais podem fazer?

Vivemos um período da história caracterizado pela derrota do so-

cialismo real. O fim das utopias, da crença de que é possível construir o socialismo, o comunismo, é um elemento central. Partindo daí, há dois caminhos diferentes. Um é o das pessoas que refletem sobre as causas da queda do socialismo. E uma conclusão importante é não conquistar o Estado, porque ocupar o Estado é, em última instância, a obrigação de manejar as dificuldades do sistema capitalista. O Estado é uma força que atrapalha as sinergias de mudança, isso é um debate teórico, mas também uma demanda política, no caso dos zapatistas no México, que aparece em outros movimentos sem tanta clareza. Mas a partir de 1989, outro caminho foi gestado, partindo do princípio que mudar o mundo não é possível, que a revolução está muito distante. É a tentativa de fazer governos que garantam pequenas mudanças. É a pequena política, da qual falava Gramsci. É o mal menor. Estamos vivendo um governo no Brasil que aplica um ajuste estrutural completo, neoliberal. Então qual é a diferença entre o progressismo e o “possibilismo” que triunfou? É um liberalismo *light*. Mas o fundo do problema não teve solução. Eu acredito que o melhor caminho é lutar, como fazem os zapatistas, os sem-terra, os sem-teto e muitos outros. Avançar o quanto for possível nas lutas em nossos territórios.

Falando desse “possibilismo”, é forte o discurso de que os governos progressistas melhoraram a vida do povo e que, agora, esses avanços estão em xeque porque existe uma “onda conservadora” varrendo o mundo. O senhor faz parte dos analistas críticos que apontam que o governo brasileiro, por exemplo, não rompeu com o neoliberalismo, não feriu interesses dos ricos e que esse suposto “progressismo” é uma forma de domesticação e dominação da rebeldia. Pode falar sobre isso?

Eu concordo que uma parte da atitude dos governos progressistas de melhorar a vida dos mais pobres é importante. Eles puderam, pelos altos preços das *commodities*, melhorar a situação dos pobres sem tocar na desigualdade. Provavelmente agora, com a crise, a desigualdade no Brasil volte a crescer. A segunda questão é a forma como eles praticaram as políticas sociais, sem mobilização. É o “lulismo” de que fala André Singer. A despolitização, a desmobilização do povo tem consequências. A forma como foram implementadas as políticas sociais, pela inclusão financeira, é a nova face do neoliberalismo. Vivemos um crescimento radical do consumismo, que despolitiza, desorganiza. Isso é resultado dos governos progressistas do PT. No caso do Brasil, Argentina e Uruguai, dá-se um crescimento do consumo e um aprofundamento do capitalismo. A novidade de Lula e do PT é mais capitalismo, não menos. Esse, para mim, é o problema de fundo dos governos progressistas.

O senhor diz que não podemos tratar no mesmo conjunto Bolívia e Venezuela. Mas existem críticas também a esses governos. Quais são as diferenças?

Eu acredito que são governos mais de esquerda, com mais vontade de transformação da realidade. E num ponto-chave, que é a vontade de empoderar o povo. Provavelmente a Venezuela é o melhor exemplo disso. A política de esquerda não é mais dinheiro para as pessoas consumirem. É mais poder. Se você não permite que as pessoas se organizem, se empoderem em seus territórios, você não está à esquerda. Já na Bolívia, o governo se caracteriza por um duplo discurso. Agora mesmo o vice-presidente, Álvaro García, fala na nova política de Lênin para justificar a reunião de Evo [Morales] com os grandes empresários da mineração nos Estados Unidos. É um duplo discurso, porque para justificar mais mineração na

Bolívia você não tem que falar de Lênin, você tem que falar de outra coisa [risos]. Mas é importante entender que são todos governos desenvolvimentistas, que acreditam que a natureza está aí para ser explorada, apostam nas *commodities*.

Como analisa os atuais ataques aos governos progressistas, se eles serviram perfeitamente à estratégia do capital? Não há mais necessidade de intermediários?

Não. Existe uma razão geopolítica. O capital não é uma coisa única e homogênea. Marcelo Odebrecht é parte do capital, mas é também aliado do governo Lula e Dilma. Acho que é um problema geopolítico do imperialismo ianque, que rejeita um Brasil aliado com China, com os BRICs. Hoje temos duas contradições muito grandes no mundo: entre Estados do norte e Estados do sul, e a luta de classes. Com um só olhar você não consegue completar o quadro do mundo, tem que ter esses dois olhares que são diferentes e contraditórios. A situação do mundo é mais complexa do que há 40 anos. Pense no Brasil. É um país dependente e periférico? Sim. Mas em relação a Uruguai, Bolívia e Paraguai, que também são países dependentes e periféricos, há uma diferença, já que em muitos casos, esses países são dependentes do Brasil. O mundo está muito fragmentado, você não pode dizer “luta de classes” e com isso compreender tudo o que acontece. Ou “imperialismo”. Do contrário, não poderíamos compreender porque hoje os donos das empreiteiras estão na prisão. No caso da Odebrecht, parece ser uma empresa que trabalha alinhada aos interesses do Brasil, pela construção dos submarinos nucleares, etc. Não é que eu defenda a Odebrecht, mas, com muito cuidado, poderia dizer que entre esse setor dos empresários que trabalham para o Brasil, outra realidade pior

são os Estados Unidos e suas políticas militaristas. São duas realidades, mas não posso dizer que Marcelo Odebrecht é o líder de uma luta emancipatória [risos].

O sr. fala com muita propriedade do Brasil. É de conhecimento público uma história sua, a um só tempo divertida e emblemática, que revela um pouco desse imperialismo regional que o Brasil passou a exercer na última década. Ao mesmo tempo sabemos que o Brasil é um motor dessa nova integração regional, que culminou na criação da Unasul. Qual sua percepção sobre isso e o que chama sua atenção no Brasil hoje?

Foi muito surpreendente para mim escutar dos indígenas do Tipnis [terra indígena boliviana] que Evo Morales trabalha para as empresas brasileiras. Ou ver os camponeses paraguaios queimarem a bandeira do Brasil. Não digo que o Brasil seja um país imperialista, eu não tenho certeza disso, mas já não é subimperialista como queria Rui Mauro Marini [intelectual brasileiro criador do conceito de subimperialismo]. Meu interesse pelo Brasil é muito grande por muitas razões: é o maior país da América do Sul, tem a metade da população, a metade da produção e alguns dos maiores movimentos sociais do mundo, como o MST. Agora mesmo tenho interesse no Brasil e nos movimentos sociais para compreender a problemática da população favelada e negra. Faz muito tempo que os favelados urbanos não têm movimentos fortes, mas agora estamos vivendo uma situação dramática de genocídio do povo negro. Essa campanha “Reaja ou será morto, reaja ou será morta” é muito importante porque é a visibilização desse genocídio. No mesmo momento em que há melhores condições de vida para o povo negro, segundo o próprio go-

verno, as mortes violentas de negros nos últimos 12 anos cresceram 38%, enquanto as mortes violentas de brancos caíram 25%. Isso tem que ter uma explicação estrutural, política, de fundo, não de pequena política. Eu tenho interesse em compreender um pouco mais tudo isso. Estou feliz de comprovar que essa situação de subalternidade do povo negro está começando a mudar, embora muito lentamente. Existem experiências de reação diretamente com movimentos ou de forma mais indireta, como os “rolezinhos” no ano passado, ou de reação como no caso Amarildo das mortes nas favelas em geral.

No seu último livro, você aborda um conjunto de lutas e movimentos sociais que nos últimos anos ganharam protagonismo no Brasil: os sem-teto, os comitês populares da Copa, a luta nas favelas cariocas frente ao projeto de cidade negócio. Seu interesse anterior era o MST, o movimento indígena. Você identifica diferenças na maneira como esses movimentos se organizam e articulam suas lutas antes e depois dos governos ditos progressistas?

Não é fácil fazer um balanço. Se olharmos para as Jornadas de Junho de 2013, para o Movimento Passe Livre, para outros movimentos de mulheres, sobretudo, a possibilidade é que estejam nascendo e crescendo novas formas de atuação, particularmente nas camadas mais jovens da população. São movimentos que se distinguem da organização tradicional, mais hierárquica como no caso dos sem-terra. São mais horizontais, mais autônomos, mais federalizados, atuam por consenso e não é fácil identificar dirigentes. Essas camadas jovens não tiveram a mesma educação política que seus pais ou seus avós, têm um conjunto de conhecimentos diferentes que estão colocando em

prática. Acho que Junho foi uma virada importante na história dos movimentos sociais no Brasil em dois sentidos. Primeiro, foram movimentos espontâneos, não convocados. Segundo, foram movimentos urbanos. Fazia mais de 20 anos que não havia tantas manifestações no Brasil, um país cujo centro da luta foi historicamente o campo. Agora isso parece estar se transladando às cidades, mas ainda é cedo para ter certeza.

É possível fazer um balanço dos movimentos sociais na América do Sul hoje?

Há características comuns. A territorialização, a autonomia, a importância da cultura e da identidade na formação, a capacidade dos movimentos de formar e educar seus próprios militantes – coisa que antes faziam os partidos –, o papel relevantes das mulheres. Essas são características comuns em toda América Latina. Mas as formas de construir são muito particulares por países ou por setores sociais. Temos movimentos indígenas, camponeses, das periferias urbanas, que não são a mesma coisa que um movimento como o Passe Livre, que tem grande participação de estudantes, pessoas que frequentam a universidade. Até mesmo agora, muitos jovens favelados têm a possibilidade de estudar na universidade, tudo isso é novo, está em movimento. Fazer um balanço com muita pretensão para mim é difícil.

Mas pensando na diferença de ação e grau de radicalidade nas lutas, percepção do que deve ser a relação com o Estado, é possível fazer uma leitura que aponte as diferenças entre os movimentos na América Latina?

Se falamos dos movimentos indígenas da América Latina, todos têm algumas coisas em comum. A importância da comunidade, da cultura comunitária, é um ponto comum a todos. Mas a partir daí temos duas grandes correntes. Uma, que agora é majoritária, propõe a construção do Estado multinacional e é principalmente impulsionada pelos equatorianos e bolivianos. Outra corrente, zapatista e mapuche, defende a autonomia, não deseja criar um novo Estado nacional. A atitude frente ao Estado, aos partidos políticos e aos governos progressistas também distingue os movimentos. Um exemplo são os estudantes chilenos, que não colaboram com o governo, como os zapatistas ou correntes dos aymaras tradicionais na Bolívia. E este também é um motivo de divisão ou de desacordos nos movimentos. Depois há uma terceira questão que é mais atual: se é conveniente para os movimentos criar partidos, como foi o caso dos piqueteiros na Argentina. Mas uma coisa é certa: o nascimento dos governos progressistas mudou todo o cenário. O centro da cena política nos anos 1990 eram os movimentos. Se recordarmos a Marcha da Reforma Agrária do MST em Brasília, isso criou uma situação nova. A sociedade teve que se pronunciar em torno da reforma agrária. Mas com o nascimento dos governos progressistas, a realidade mudou radicalmente. O centro da cena passou a ser o governo e a oposição de direita. Os movimentos ficaram submetidos dentro dessa contradição, o que lhes tirou a centralidade que tinham conquistado.

Considera que diante da crise dos governos progressistas e dos partidos políticos que capitanearam esse projeto, os movimentos tendem a ganhar um novo protagonismo?

Provavelmente. Eu acho que para as pessoas verdadeiramente de esquerda no Brasil, nem o PT, nem o PSOL, nem o PSTU são uma alternativa. A alternativa é a luta, é a organização popular, mas não para todos. O

que estamos vivendo agora é uma fragmentação no campo da esquerda. Isso é natural, porque você tem dez, 15 anos de governo, no qual os partidos de esquerda tinham um papel importante. Fracassou, e aí? Agora é um período de ofensiva da direita. A história se move como pêndulos. O pêndulo para a esquerda terminou, agora está para a direita. Isso é assim, não podemos fazer nada para evitar além de nos organizar e lutar.

Você fala da capacidade de construir mundos diferentes a partir de visões de mundo distintas, afetos diferentes. A tradição de esquerda pensa em sindicatos, partidos, luta de classes, socialismo. Esses movimentos sociais são antissistêmicos, anticapitalistas, mas o horizonte deles pode ser uma outra coisa? Não é mais o socialismo?

Provavelmente não, porque nós temos uma experiência histórica do socialismo que foi um socialismo do Estado, não um socialismo da sociedade. Era o Estado que organizava o socialismo, um Estado muito opressivo. Agora, muitas pessoas que lutam pela liberdade, pela emancipação, rejeitam o Estado, o veem como parte do inimigo. Mas se o futuro é um mundo diferente, um outro mundo, ele deve ser construído também de forma diferente. O socialismo não é a renda – a renda do petróleo, a repartição dos bens. O socialismo é o trabalho. Sem trabalho não há mudanças. Mas a cultura hoje é a cultura do lazer, do ócio. As pessoas que lutam pela emancipação sempre estão em minoria, sempre têm necessidade de lutar contra a cultura dominante. E hoje a cultura dominante é a cultura do lazer e do consumo. Compactando com isso não dá para construir uma sociedade não capitalista. E isso implica a necessidade de lutar novamente por valores socialistas, não capitalistas. ●

Quanto Vale?

Criada em 1942 pelo então presidente Getúlio Vargas, a Vale — antiga Companhia Vale do Rio Doce — mudou muito desde os tempos do Estado Novo. Em 1997, a estatal foi privatizada num leilão questionado em ações que tramitam ainda hoje na justiça, com denúncias de favorecimento de empresas e venda por um valor muito abaixo da estimativa de mercado.

Recentemente, a empresa tem ocupado o noticiário sobre o que alguns consideram a maior tragédia ambiental já ocorrida no Brasil. A Vale S.A. é proprietária de 50% da Samarco, empresa responsável pela barragem que rompeu em Mariana, Minas Gerais — e que tinha também rejeitos de minas exploradas pela própria Vale. Apesar de anunciar investimentos em “ações socioambientais”, não é de hoje que a empresa se vê envolvida em escândalos e polêmicas nessa área — tanto que se construiu no país um movimento do ‘Atingidos pela Vale’ e, anualmente, é produzido um ‘Relatório de Insustentabilidade’ especificamente sobre a empresa.

- ▼ em 2012, a Vale foi eleita a pior empresa do mundo pelo *Public Eye People's*, uma enquete promovida pelo Greenpeace da Suíça e pela ONG Declaração de Berna que premia empresas consideradas violadoras dos direitos humanos e do meio ambiente;
- ▼ a empresa tem participação acionária de 27% também na *Thyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)*, que responde por danos ao meio ambiente e à saúde da população no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro;
- ▼ tem uma participação minoritária (menos de 5%) no consórcio Norte Energia, responsável pela Usina de Belo Monte, no Pará, um dos empreendimentos mais polêmicos que o país já teve em relação ao impacto socioambiental;

Além de tudo isso, a Vale...

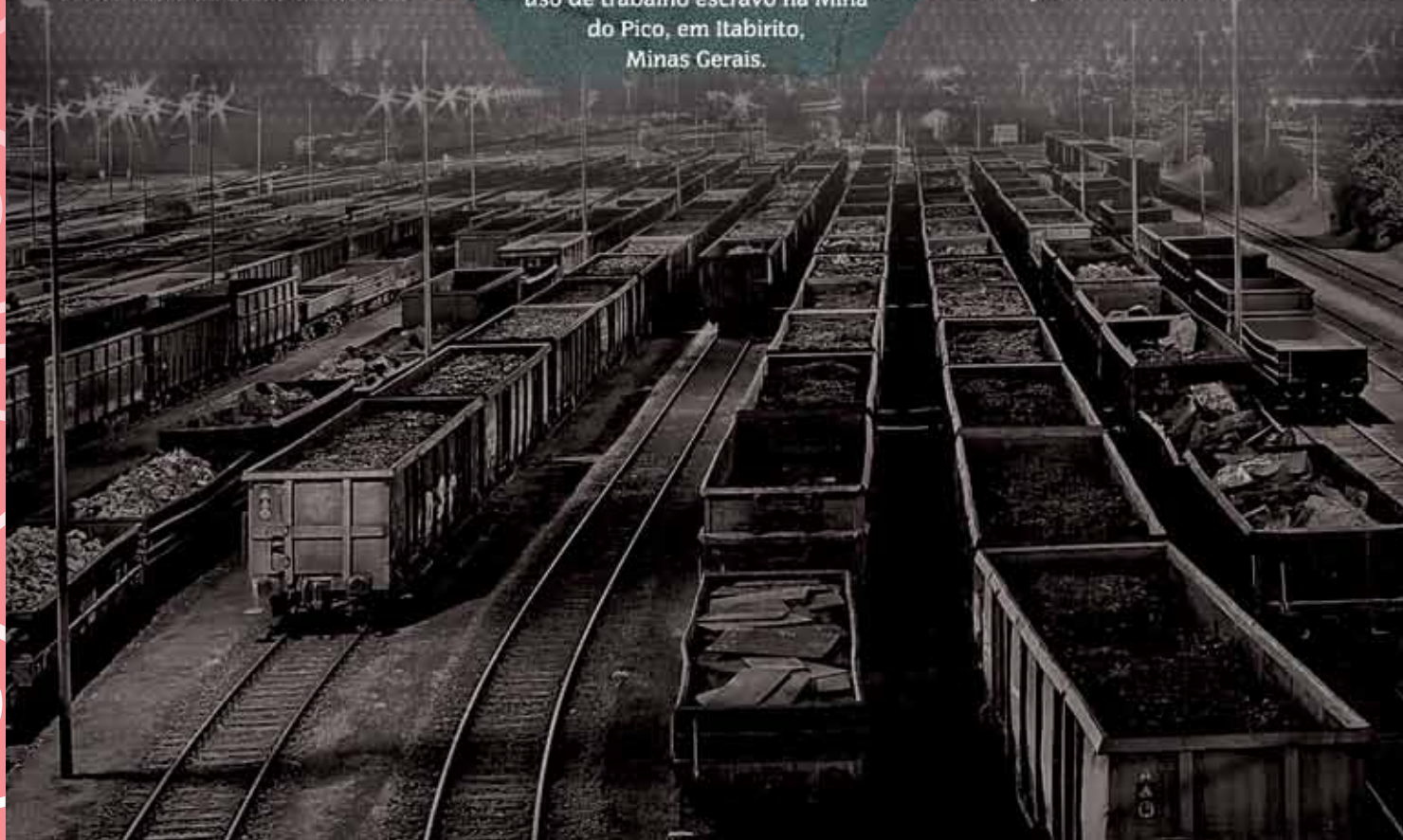
▼ lidera o ranking das empresas que devem dinheiro ao governo federal, com um total de R\$ 41,9 bilhões registrados na Dívida Ativa da União em 2015...

▼ é responsável pela duplicação da Estrada de Ferro Carajás, cujo processo de licenciamento ambiental é contestado desde 2012 por uma Ação Civil Pública;

▼ em fevereiro de 2015, a empresa foi multada pelo Ministério Público do Trabalho pelo uso de trabalho escravo na Mina do Pico, em Itabirito, Minas Gerais.

No entanto...

▼ em 2014, a empresa teve lucro de R\$ 954 milhões, um aumento de 729% em relação ao ano anterior.



TERRORISMO

Um homem jovem, mulçumano, com a mente orientada para o mal e disposto a qualquer sacrifício pessoal, inclusive a própria morte. A simplificação é grosseira, mas é um resumo do que muita gente tem na cabeça quando o assunto é terrorismo. Embora o que seja considerado um terrorista atualmente, principalmente após os recentes atentados em Paris ou o 11 de setembro em Nova York, guarde alguma relação com as características acima, a definição de terrorismo está muito longe de se resumir em um estereótipo de homem-bomba.

Vamos começar fazendo um esforço de limpeza desse campo minado para mostrar que não há apenas mocinhos e bandidos de lados opostos. Um retorno à história nos mostra que os atores que atemorizaram populações em outras épocas tinham motivações diferentes das atuais. O professor do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Arantes, nos ajuda a entender. Segundo ele, é a partir do século 19 que o mundo começa a presenciar atentados terroristas, embora com motivações bastante diferentes das atuais e com focos distintos. É o caso do assassinato de czares russos por grupos anarquistas. Mas é no século 20 que alguns teóricos consideram encontrar as origens do atual terrorismo, após o conjunto de mobilizações que ficaram conhecidas como o Maio de 68 francês. Para Paulo Arantes, há derivações do maio de 68 que trazem alguns aspectos importantes para a reflexão acerca do tema. “O maio de 68 começou no outono do ano seguinte na Itália, e culminou com as Brigadas Vermelhas uma década depois. Lá sim o confronto social e político foi de fato até as últimas consequências. É aí que aparecem vários outros grupos de luta armada clandestinos e outros de extrema-direita, e, ainda, grupos paramilitares armados pelo Estado. De modo que o circo do terrorismo foi de fato

montado na Itália naquele momento”, afirma. Arantes lembra que na Alemanha a história se repetiu com a criação do movimento clandestino RAF – Fração do Exército Vermelho.

Terrorismo de Estado

É aí que entra em cena outra forma de terrorismo: o praticado pelo Estado. “Tanto na Alemanha, quanto na Itália, nessa mesma década, é que se começou a montar o aparato contemporâneo do estado de exceção. Eles apertaram e nunca mais desapertaram”, salienta Paulo Arantes. O professor explica que começa aí a legitimação de um Estado repressor, que passa por cima dos direitos civis, como o direito à manifestação, e as liberdades individuais.

Trazendo a discussão para o Brasil, Arantes ressalta que as práticas usadas para reprimir os opositores durante a ditadura militar brasileira – aliás, opositores também chamados de terroristas pelo regime – foi importada da França, após os franceses perderem a batalha na Indochina, contra a guerrilha popular de inspiração maoísta. Foi aí que o exército francês criou uma teoria de contrainsurgência que, depois, seria aplicada na Argélia no início dos anos 1960. “Na Argélia, um exército ocidental francês aplica sistematicamente a tortura na contrainsurgência e a réplica da FLN [Frente de Libertação Nacional, movimento argelino] é justamente o atentado que passou a ser chamado de terrorista, que poderia ser suicida, embora raramente fosse. Quando terminou a guerra da Argélia já estava consagrada a expressão ‘terrorista’ para designar a resposta violenta da luta armada à repressão, ao terrorismo de Estado”, conta. Também tem início nos anos 1960 a atuação do grupo irlandês IRA e do espanhol ETA, que usavam a tática de enfrentamento armado e atentados para reivindicar independência territorial.

Neste ponto da história, já não há mais mocinhos e vilões em lados diferentes. “O terrorismo de Estado é o ‘irmão gêmeo’, o principal interessado no terrorismo não estatal. Os dois tipos precisam de populações aterrorizadas. O Estado, no momento em que tem uma população aterrorizada por um agente externo, que na verdade no caso dos recentes atentados na França é interno, ele tem a faca e o queijo na mão para fazer o que quiser”, reforça Paulo Arantes. Ele comenta que uma pesquisa recente mostrou que 84% da população francesa está de acordo com restrições a liberdades fundamentais desde que eles ganhem mais segurança.

O professor do departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Demian Melo, acrescenta que o terrorismo, de Estado ou não, é uma construção política ideológica que não pode ser dissociada do capitalismo. “O Estado como aparelho de terror, de repressão, está no cerne da existência da sociedade capitalista. E os grupos que fazem oposição por qualquer motivo ao Estado eventualmente já recorreram a atos de terror para combatê-lo”, salienta.

Estado Islâmico

Para chegarmos aos dias atuais, Paulo Arantes lembra que tanto o IRA e o ETA, como também os ativistas alemães e parte dos italianos, se inspiraram na Frente de Libertação da Palestina, movimento que atuava na região após a ocupação israelense do território palestino em decorrência da Guerra dos Seis Dias em 1967. E, inclusive, participaram de treinamentos em território palestino. E é justamente o Oriente Médio que abriga o infame grupo Estado Islâmico, que atualmente recebe todos os holofotes por ter reivindicado a autoria dos atentados em Paris, embora eles tenham sido concebidos autonomamente por cidadãos franceses e

belgas. “Existe uma desintegração geral – no Iraque e em parte da Síria depois da malograda Primavera Síria – e há porções de território com petróleo e sem presença nenhuma de Estado oficial. Então este grupo organiza um sistema de extorsão de tributos e oferece proteção entre aspás, porque a proteção e a ameaça vêm do mesmo lugar. Não deixa de ser uma máfia que comercializa petróleo”, descreve Paulo Arantes.

Para Demian Melo, o Estado Islâmico mostra o quanto estes grupos estão integrados ao sistema capitalista. “É curioso que todos esses grupos são bancados por gente que ganha dinheiro com petróleo, que está inserida no circuito internacional do capitalismo”, acrescenta. Para o professor, é preciso, entretanto, deixar de lado a visão simplista de que para que o Estado Islâmico ou outros grupos violentos existam é preciso haver um acordo com as principais nações que comandam o mundo atualmente. “O capitalismo não é resultado de conspiração com planejamento central. Podemos fazer a análise que todos os ataques terroristas de 11 de setembro até hoje sempre acabam beneficiando o lado mais conservador da política: o 11 de setembro foi um presente para o Bush e esse atentado agora em Paris está sendo um presente para a extrema direita européia. Entretanto, não precisa necessariamente a Marine Le Pen [deputada francesa de extrema-direita] ter sentado para negociar com o Estado Islâmico para que tenha acontecido o que aconteceu, embora tacitamente essa ação a tenha beneficiado”, observa. Demian faz ainda um alerta: “A cada ação dessa se fortalece um polo mais conservador dentro dos Estados. Ou seja, isso não favorece a luta dos trabalhadores e contra o capitalismo. Se alguém de forma ingênua acredita que esse tipo de ação é eficiente contra o sistema, está muito enganado, acaba sempre fortalecendo-o”.

Lei antiterrorismo no Brasil

E por falar em relações entre o sistema capitalista e o terrorismo, em nosso país está prestes a ser aprovada uma lei antiterrorismo motivada, sobretudo, pela pressão de organismos internacionais que teriam como trabalho a fiscalização desse dinheiro que banca o terrorismo. Até o fechamento desta reportagem, o projeto de lei 2016/2015, apresentado pela Presidência da República, já tinha sido aprovado pela Câmara e Senado, mas após mudanças feitas pelos senadores estava aguardando nova apreciação dos deputados. Na justificativa, os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Joaquim Levy (Fazenda), autores da proposta, apontam a necessidade de adequar o ordenamento jurídico brasileiro aos tratados internacionais assinados pelo Brasil. O texto afirma ainda que com a nova legislação, o país cumpre acordos “principalmente em relação a organismos como o do Grupo de Ação Financeira (GAFI), entidade intergovernamental criada em 1989, que tem a função de definir padrões e implementar as medidas legais, regulatórias e operacionais para combater a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e o financiamento da proliferação e outras ameaças à integridade do sistema financeiro internacional relacionadas a esses crimes”.

Para Paulo Arantes, está aí, no entanto, uma grande contradição, já que esse dinheiro que financia os grupos terroristas só circula por conta da liberalização do sistema financeiro. “Esses grupos seriam impensáveis se não houvesse essa autonomização da finança globalizada nessas últimas três décadas. À medida que se abre esse canal, passa tudo por aí, inclusive dinheiro do Estado Islâmico”.

A professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e advogada do Centro de Assessoria Popular Mariana Criola, Fernanda Vieira, rechaça a necessidade de uma nova resposta legal do Estado Brasileiro para tipificar uma situação de terrorismo. “Há uma série de tipos penais que com certeza podem ser acionados para punir uma conduta terrorista, seja com resultado de morte ou de dano ao patrimônio”, defende.

Para a advogada, pode ser ainda mais danosa a criação de uma legislação desse tipo à medida que ela passa a enquadrar situações que não são de terrorismo. “Nós temos uma passagem histórica que mostra isso:

até o papa Inocêncio 8º não havia o reconhecimento da Igreja da existência de bruxas. Quando ele libera a bula papal reconhecendo que elas existem passam a existir uma série de tribunais cujo objetivo era detectar, criminalizar e eliminar as bruxas. Então, não é que vão surgir terroristas, mas é que eles vão passar a existir porque o olhar do sistema judicial a partir da criação daquele tipo penal será de entender diversas condutas como terroristas”, aponta. “O problema é quem será enquadrado como terrorista: os movimentos sociais”, conclui. Ela alerta que isso já vem acontecendo em outros países que aprovaram legislações do mesmo tipo. No Chile, os índios Mapuche, que se opõe a projetos exploratórios em suas terras, estão sendo criminalizados como terroristas.

O texto aprovado na Câmara afirma que a lei não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em movimentações políticas, movimentos sociais ou sindicais movidos por propósitos sociais ou reivindicatórios. No entanto, o trecho foi retirado do texto aprovado no Senado. “A interpretação dessa lei será feita pelos juízes e nós já sabemos que eles não são garantistas. Haja vista o encarceramento em massa no país, a legitimação de operações sem mandado, entre outras situações. Sem esse trecho que tenta resguardar as manifestações, o projeto ficou muitíssimo pior”, critica Fernanda.

Para Demian Melo, a preocupação aumenta ainda mais se for levada em conta a onda conservadora vivenciada no país. “Até poucos dias atrás havia um acampamento pedindo intervenção militar em frente ao Congresso Nacional autorizado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Havia um sujeito armado no acampamento, deu tiro para cima no dia da manifestação da Marcha das Mulheres Negras e ninguém utilizou a pecha de terrorista para se referir a este cidadão ou ao movimento que estava ali. Entretanto, contra o Movimento Sem Terra, Sem Teto e outros movimentos sociais a idéia de terrorismo aparece com grande facilidade. Vai ser um golpe nos movimentos sociais”, alerta. ●

Raquel Júnia